

## DISCIPLINAS MESTRADO EM DIREITO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

### Disciplinas Obrigatórias da Área de Concentração para as Linhas 1 e 2

#### TEORIA DO DIREITO E POLÍTICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

##### **Ementa:**

1. Introdução 1.1. Apresentação da disciplina e seus objetivos. 1.2. Metodologia de ensino e planos de aulas. 1.3 Distribuição dos temas para seminários. 1.4 Orientação sobre a forma participativa nas aulas e sobre os seminários. 1.5 Apresentação da forma de avaliação final da disciplina. PRIMEIRA PARTE 2. As sociedades ocidentais e a invenção do indivíduo no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais e os impactos sobre as demais sociedades do planeta. 2.1. O homem público do Antigo Regime ao Século XIX 2.2. Mudanças no papel do indivíduo com a Revolução Industrial 2.3. O homem na sociedade da informação 2.4. Sociedades, Estados, Impérios, Culturas: relações entre poder e saber 2.5 Em busca de uma ética de convivência coletiva para os tempos atuais 3. O que emerge globalmente com a sociedade da informação? 3.1. Implicações geopolíticas e deslocamentos do poder mundial 3.2. Implicações científicas e tecnológicas para a circulação de conhecimento 3.3. Implicações dos processos civilizatórios e a emergência de uma tolerância global 4. Os tipos clássicos de dominação legítima diante das novas “ordens sociais” 4.1. Os tipos de dominação legítima e não-legítima 4.2. Pressupostos e desenvolvimento das formas de dominação burocrática e carismática 4.3. A construção da “opinião pública” (ou teledirigida) e sua disseminação pela mídia (uma nova forma de dominação?) 5. A primazia da imagem 5.1. O progresso tecnológico e a geração TV 5.2. O empobrecimento da compreensão 5.3. A política como espetáculo 5.4. A sociedade do espetáculo 6. Transformações na dicotomia Público e Privado na sociedade da informação 6.1. Os conceitos de Público e Privado: um critério burguês? 6.2. Reconstruindo as fronteiras entre a vida pública e a vida privada na sociedade da informação 6.3. O surgimento do público não-estatal e o seu papel nas relações coletivas 7. O poder do saber e o saber do poder 7.1. Conhecimento e Informação e suas ligações com as estruturas de poder 7.2. Retroalimentação histórica do poder e do saber pela via da razão 7.3. Verdade e poder 7.4. Razão, ciência e poder SEGUNDA PARTE 8. A Imprensa e a defesa do Estado de Direito 8.1 Entidades garantidoras da liberdade de imprensa. ABI (Associação Brasileira de Imprensa); ANJ (Associação Nacional de Jornais). 8.2 O direito do cidadão de ser informado. 8.3 O direito à Imagem X Liberdade de imprensa 8.4 A Constituição e o Estado Democrático de Direito 8.5 Análise do período do autoritarismo e a censura prévia 8.6 A lei Rouanet (Lei Federal 8.313 de 23/12/1991) 9. O Direito Eletrônico e as Organizações Internacionais 9.1. Organizações voltadas para a proteção dos Direitos Intelectuais. Convenção de Berna Convenção de Paris A OMPI Acordos GATT/TRIPS Diretiva 2001/29/CE Digital Millennium Copyright Act. 10. Organizações voltadas para a proteção dos Negócios jurídicos. 10.1 Leis Modelo da UNCITRAL para o comércio eletrônico 10.2 Diretrizes OCDE (Organização para a Cooperação e o desenvolvimento Econômico), para proteção do consumidor no comércio eletrônico internacional. Análise da E-lex mercatória. 11. Políticas Públicas para inovação no setor de Telecomunicações 11.1 Aspectos jurídicos dos Contratos de Telecomunicação 11.2 Contratos de outsourcing 11.3 Responsabilidade civil no setor de Telecomunicações Qualidade dos serviços Contrato de adesão 11.4 Lei de bases das telecomunicações 11.5 Composição da rede básica 11.6 Atuação do BNDDES e da ANATEL 12. A Criminalidade Informática 12.1 A fraude informática 12.2 A violação das comunicações 12.3 A Convenção de Budapeste de 23/11/2001 12.4 Tratamento dos dados pessoais 12.5 Pedofilia na Rede 13. E-commerce: vulnerabilidade do consumidor. 14. Estudo conjunto sobre a Responsabilidade na Internet 15. Prova relativa à segunda parte do programa.

##### **Bibliografia:**

Básica ANATEL; WWW.anatel.gov.br BADIE, Bertrande. Um mundo sem soberania: os Estados entre o artifício e a responsabilidade. Lisboa, Instituto Piaget, 2001. BARBOSA, Pablo. Saberes Antropológicos e Práticas Coloniais em Portugal entre 1933 e 1974. In Revista História em Reflexão: vol. 2.n.4- Dourados, UFGD- jul/dez 2008, p.1-22. BECKER, F. Análise de conjuntura do setor de telecomunicações no Brasil. São Paulo FEA-USP, (2001); BIANCO, Bela Feldman e RIBEIRO, Gustavo Lins.(org) Antropologia e Poder. Contribuições de Eric. R. Wolf. São Paulo, Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2003. BLUM, Renato Opice. Direito Eletrônico (crimes Informáticos)). Edipro CARNEIRO DA CUNHA, Maria Manoela. Cultura com Aspas. São Paulo. Cosac Naify. 2009 CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura. Vols. 1 e 2, 8ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2005. CANUT, Letícia. Proteção do Consumidor no Comércio Eletrônico. Juruá COUTINHO, Carlos Nelson. De Rousseau a Gramsci. São Paulo, Boitempo, 2011. EISENBERG, José; CEPICK, Marcos. Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. São Paulo; Malheiros; GALDIERI, Paolo. Teoria e Prática nell'interpretazione del reato informático. Milão. Giuffrè Editore GAUDENZI, Andrea Sirotti. Il Nuovo Diritto D'Autore. Maggili Editore GUERRA, Sidney Cesar Silva. A liberdade de imprensa e o Direito à Imagem. Editora Renovar. HABERMAS, Jürgen. El Derecho Internacional en la transición hacia un escenario posnacional. Buenos Aires/Madrid, Katz, 2006. HÖFFE, Otfried. Ciudadano económico, ciudadano del Estado, ciudadano del mundo. Buenos Aires/Madrid, Katz. 2007. L'ESTOILE, Benoît de, NEIBURG, Frederico e SIGAUD, Lygia, (org.) Antropologia, Impérios e Estados Nacionais,. Rio de Janeiro, Faperj.2002. MACHADO, Roberto. Deleuze, A Arte e a Filosofia. Rio de Janeiro, Zahar.2009. MATTELART, Armand. História da Sociedade da Informação. São Paulo: Loyola, 2002. MARQUES, Cláudia Lima.

Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor. São Paulo, Revista dos Tribunais. PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet – Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil. 4ª. edição, São Paulo: Editora Atlas, 2003. PAESANI, Liliana Minardi. (org) Direito da Sociedade da Informação. São Paulo. Atlas. 2007. ROSSINI, Augusto. Informática, Telemática e direito Penal. Memória Jurídica SEITENFUS, Ricardo. Legislação Internacional. Manole. SENNET, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: companhia das letras, 2001 WEBER, Max. Economia e Sociedade. Vol. 2. Brasília: Editora UNB, 1999. Complementar BORRADORI, Giovanna. Filosofia em tempos de terror: diálogos com Habermas e Derrida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. BOURDIER, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. CHAIA, Vera. Mídia e marketing político. In Desafios da comunicação, DOWBOR, Ladislau; et. al. (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2000. CHEVALIER, Jacques. L'État post-moderne. 2ª. ed.. Paris, L.G.D.J., 2004. COHEN-TANUGI, Laurent. Le Droit sans l'État. Paris, Quadrige/PUF, 1992. COSTELLA, Antonio. Comunicação: do grito ao satélite. São Paulo: Mantiqueira, 1978. DAHRENDORF, Ralf. En busca de un nuevo orden. Barcelona, Paidós. 2005 DUPAS, Gilberto. Ética e poder na sociedade da informação. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2000. ECO, Umberto. O signo. Trad. Maria de Fátima Marinho. 5ª. ed. Lisboa: Presença, 1997. FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Estudos de filosofia do direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito. São Paulo: Atlas, 2002. GERMAN, Cristiano. O caminho do Brasil rumo à era da informação. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2000. GRAU, Núria Cunill. Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: Revan, 1998. HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997. KONDER, Leandro. Os sofrimentos do homem burguês. São Paulo, Editora Senac, 2004. MARTIN-BARBERO, Jesus. O medo da mídia – política, televisão e novos modos de representação. In Desafios da comunicação, DOWBOR, Ladislau; et. al. (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2000. MENDES, Ricardo. Expansão dos meios de comunicação, novas configurações territoriais e a constituição do Direito Global. In Desafios da comunicação, DOWBOR, Ladislau; et. al. (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2000. MORAES, Denis de. A comunicação sob domínio dos impérios multimídias. In Desafios da comunicação, DOWBOR, Ladislau; et. al. (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2000. NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. A proteção constitucional da informação e o direito à crítica jornalística. São Paulo: FTD, 1997. PAESANI, Liliana Minardi. Direito de Informática – comercialização e desenvolvimento internacional do software. 5ª Edição, São Paulo: Atlas, 2005. PASQUALI, Antonio. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação (Para clarear e melhorar o entendimento mútuo). In Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação. Melo, José Marques; SATHLER, Luciano (orgs.). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2005. PEREZ LUÑO, Antonio Enrique. Ciberciudadania o ciudadania.com? Barcelona, Gedisa, 2004. PERUZZO, Cecília Krohlin. Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. In Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação. Melo, José Marques; SATHLER, Luciano (orgs.). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2005. RENAUT, Alain. A Era do Indivíduo – contributo para uma História da Subjectividade. Lisboa, Instituto Piaget, 2000 SANTELLA, Lucia. Cultura das mídias. 2ª.ed., São Paulo: Experimento, 1996 SARTORI, Giovanni. Homo Videns – televisão e pós-pensamento. Lisboa: Terramar, 2000. SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Exclusão digital - a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. \_\_\_\_\_. Software livre - a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. SPENCER, Herbert. L'individu contre l'état. Paris, Manucius, 2008. SUPIOT, Alain. Homo Juridicus – ensaio sobre a função antropológica do Direito. Lisboa, Instituto Piaget. 2005. WIENER, N. Introduzione alla cibernetica. Torino: Boringhieri, 1966.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA EM DIREITO E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR**

### **Ementa:**

1. Teoria e natureza do conhecimento científico e demais visões de mundo das sociedades. Metodologia da pesquisa científica em Ciências Sociais e no Direito. 2. Objeto da pesquisa em ciências sociais e o processo de objetivação científica. 3. Inovações na pesquisa na Sociedade da Informação. Contextualização teórica e prática. Bases de dados, internet como ferramenta e objeto de pesquisa, bibliotecas virtuais, revistas científicas físicas e eletrônicas; 4. Operação da Pesquisa Jurídica. Delimitação do tema e do objeto. Formulação e justificativa. Formulação teórica, dos objetivos, do problema e das hipóteses de pesquisa. Organização do plano de trabalho. 5. Técnicas de pesquisa em Ciência Jurídica. Pesquisa bibliográfica, textos virtuais. Pesquisa documental, de campo e experimental no Direito. O uso das informações primárias e secundárias na pesquisa jurídica. 6. A estrutura do computador. Princípios de programação. Fases de preparação de um programa. Fluxograma de sistemas e de programa. Posição de memória e codificação do programa. Linguagem de programação. Do programa origem ao Programa objeto. Linguagem de programação de alto nível. Coordenação de vários programas. Informática como técnica de documentação e como introdução ao processamento eletrônico. 7. Aplicação das técnicas informáticas aos textos jurídicos. Aplicação das técnicas de informática: o processo como paradigma empírico. Exemplo de sistema com palavras-chave e referências. Exemplo de sistema com palavras-chave e resumos. Exemplo de sistema sem palavras-chave e com texto integral. 8. Elaboração e normas de trabalhos científicos. Diretrizes para elaboração de Projeto de Pesquisa. Diretrizes para elaboração de artigos científicos. Diretrizes para elaboração de Dissertação de Mestrado. Normas gerais para redação científica. Resumos. Estudo e aplicação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT. Discussão dos pré-projetos de dissertação de mestrado para ingresso no programa e sua transformação em projeto definitivo de dissertação. 9. A docência no ensino superior no ambiente informacional. Ética do professor. Ética no ensino do Direito. O Direito na Sociedade da Informação e a informática e os meios virtuais como ferramentas da docência. 10.

Inovação na docência na Sociedade da Informação. O processo cognitivo e os novos sujeitos do ensino na sociedade mundial. Educação mediada pelas novas tecnologias educacionais e de conhecimento. Educação à distância. Teleconferência e novos recursos paradidáticos. 11. Processo educacional. Estratégias didáticas no ensino superior, contexto e funções. Técnicas centradas no professor e técnicas centradas no aluno. Planejamento e Avaliação no Processo Educacional. 12. 13 e 14. Seminários de apresentação e de discussão dos projetos de pesquisa, dos artigos científicos a serem elaborados sobre tema da pesquisa e da dissertação. 15. Avaliação.

**Bibliografia:** BITTAR, Eduardo. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática para os cursos de Direito. 12ª. ed. São Paulo; Saraiva, 2014. BRASIL, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde. Brasília, setembro de 2000. ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 22ª. ed. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008. GIL, Antônio Carlos. Didática do Ensino Superior. 1ª. ed. São Paulo; Atlas, 2009. LOSANO, Mario. Un Corso Universitario Triennale di Informatica Juridica. Il Diritto dell'informazione e dell'informatica. Anno XIX, fasc. 6. Milano: Giuffrè Editore, 2003, p.1047-1061. LUÑO, Antonio Henrique Perez. Cibernética, informática y derecho: un análisis metodológico. Bolonha: Real Colégio da Espanha, 1976. Bibliografia complementar: ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia de pesquisa em Direito. In Revista da Faculdade de direito de São Bernarndo do Campo. São Bernarndo do Campo, 1998, p 171-187. AGUILLAR, Fernando Herren. Metodologia da Ciência do Direito. 2ª. ed. São Paulo: Max Limonad, 1999. BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996. CALLARD, Andre. A análise documental. In: PIRES, Alvaro et ali. A Pesquisa Quantitativa. Enfoques Epistemológicos e Metodológicos. Petrópolis; Vozes, 2008, p. 295-316 DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2ª. ed. São Paulo; Atlas, 1987 FELIX, Loussia Penha Musse. Da reinvenção do ensino jurídico: considerações sobre a primeira década. In OAB – Conselho Federal e Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB (org.). OAB Recomenda: um retrato dos cursos jurídicos. Brasília; 2001, p. 23-59. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª. ed. São Paulo; Atlas, 2005. LOPES, José de Lima. Reglas y Compás, o metodologia para un trabajo juridico sensato, in : Observar la Ley : ensayos sobre metodologia de la investigación jurídica; Ed. Courtis. Madrid; Trotta, p. 41-68 PIRES, Alvaro. A Pesquisa Qualitativa, Enfoques Epistemológicos e Metodológicos. Petrópolis; Vozes, 2008.

## Disciplinas Básicas da Área de Concentração para as Linhas 1 e 2

### ANTROPOLOGIA JURÍDICA E REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

#### Ementa:

1.1 Método antropológico para o estudo do Direito na Sociedade da Informação. 1.2. Noção da lei em antropologia. 1.3. Ordem social e o papel relativamente secundário do Estado na manutenção da ordem. 1.4. Direito, experiência e não lógica. Direito comparado. 2 – Autonomia jurídica no Ocidente. 2.1. A separação do Direito dos outros modos de regulação social. 2.2. Evidências contrárias já a partir do século XIX. 2.3. Pensamento jurídico e pensamento religioso. 2.4. Os três grandes arquétipos jurídicos: identificação, diferenciação e submissão. 2.5. Pensamento jurídico e direito positivo. O mito. Mitos jurídicos ocidentais. 3. Sociedade da Informação: coexistência do pensamento jurídico moderno e tradicional. Pós-modernidade? 3.1. Pensamento jurídico tradicional. 3.2. Pensamento jurídico moderno. 3.3. Evolucionismo social. Etnocentrismo. 3.4. Sociedade da Informação: pensamento jurídico pós-moderno? 4. A indeterminação do Direito. Característica da Sociedade da Informação? 4.1. Os mecanismos de regulação social nas sociedades tradicionais. 4.2. Objetivação jurídica: o fim do sonho plurissecular do Ocidente. 4.3. Mudanças na estrutura interna do Estado e de seu padrão de leis com a industrialização. 4.4. Mudanças na estrutura interna do Estado e de seu padrão de leis e os mecanismos de regulação social na Sociedade da Informação. Segunda Parte 5. Dificuldades de mudanças jurídicas. 5.1. Dificuldades de institucionalização da inovação no campo jurídico. 5.2. O mito da hierarquia das fontes do Direito. 5.3. A importância do costume. 5.4. Heterogeneidade do Direito. 5.5. A ideologia baseada nos princípios fixados em 1789. 5.6. Pluralismo jurídico: direito oficial e direitos dos grupos sociais não reconhecidos pelo direito oficial. 5.7. Pluralismo jurídico no direito positivo. 5.8. Diversificação e complementaridade. 5.9. A busca da unanimidade. Conciliação e solução de conflitos. 6. Ordem e Aculturação jurídica 6.1. Ordem: imposta, negociada e aceita. 6.2. Aculturação jurídica. Desenvolvimento jurídico transferido. 6.3. Subdesenvolvimento jurídico. O caso brasileiro. 7. Direito prospectivo 7.1. Diferenças sociais na apreensão do Direito 7.2. Direito submetido aos homens 7.3. Ética: o futuro do Direito. 8. Direito na Sociedade da Informação 8.1. Globalização, livre circulação, efeitos do retorno do liberalismo. 8.2. Desregulamentação. Estado mínimo ou vazio. Privatizações. 8.3. Adesão e não sanção: nova finalidade do Direito. 8.4. Diversidade na regulação: conciliação, parceria, estabelecimento de redes, negociação e avaliação. 8.5. Agências reguladoras: modelo empresarial ou dependente direta ou indiretamente da sociedade civil e seus prolongamentos por delegação do Estado. 8.6. Mudanças que ampliam a abertura das fronteiras. Limites. 9. Poder na Sociedade da Informação 9.1. Diversidade do poder e das instâncias jurídicas. Indefinição dos limites. 9.2. Dispersão geográfica da autoridade: poder local, organismos internacionais, poder regional, estruturas continentais em redes. 9.3. Fragilização do poder do Estado. 9.4. Poderes privados, organismos especializados, interesses financeiros, grupos anônimos de pressão, máfias. 9.5. Poder e guerra informacional. Controle jurídico impossível. Troca de informação. Espionagem. Espionagem eletrônica. Acordos internacionais de inteligência. Projeto Echelon. 9.6. Retrocessos nas garantias individuais do Estado de Direito nas democracias ocidentais. 9.7. Poder da mídia: quarto poder. 9.8. Quinto poder: força cívica cidadã como resistência à nova coalizão dos dominantes. 10. Internet: rede americana de alcance global 10.1. A rede pode ser mundial? Domínios nacionais. 10.2. Iann, poder político e repercussões econômicas. 10.3. Spam e vírus eletrônico, custos e negócios empresariais lucrativos. 10.4. Mercado especulativo baseado na escassez artificial de domínios. 10.5. Contencioso: núcleo geopolítico. 10.6. Controle americano e o poder do território virtual. 10.7. Realidade virtual e realidade real: domínio dos imperativos geopolíticos. 10.8. O Marco Civil da Internet – Lei. 12.965 de 23 de abril de 2014 e a garantia dos interesses do mercado de telecomunicações e do estado de vigilância 11. Sociedade da Informação: a Revolução Tecnológica e os desafios ao Direito. 11.1. Revolução essencialmente de tecnologias intelectuais. 11.2. Constituição das bases da Economia do Conhecimento. 11.3. O caminho para a Sociedade Pluralista e Participativa do Conhecimento. 11.4. Distinção entre Informação e Conhecimento. 11.5. Exclusão e Inclusão. 11.6. Não exclusividade e não rivalidade: princípios jurídicos para acesso à Sociedade do Conhecimento? Limites. 11.7. Condições para o Direito na Sociedade do Conhecimento. 12. A recusa da uniformidade nas Sociedades da Informação e do Conhecimento. 12.1. Diversidade cultural, patrimônio cultural imaterial, sistemas nacional e internacional de proteção em oposição ao Livre-Mercado, Organização Mundial do Comércio e ao sistema de proteção dos direitos intelectuais. 12.2. As Convenções: Biodiversidade, Diversidade Cultural e de Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial. 12.3. Organizações não governamentais. Novos poderes. 13. Norte e Sul, diferenças e o direito à diferença. 13.1. Direito à diferença. Direito dos povos e das minorias. 13.2. Autonomia e Autodeterminação. 13.3. Desigualdades econômicas cumuladas com discriminação étnico-cultural: o recurso à violência. Caminho de mudanças jurídicas? Estudo de caso: os levantes no mundo árabe; os descontentes de wall street; puerte del sol em Madrid e os levantes no Brasil de junho de 2013: o papel das redes sociais.. 13.4. Mecanismos de correção: Direito prospectivo. Pluralismo. Discriminação positiva. Respeito à diversidade identitária e cultural no espaço público. Educação. 13.5. Reformas nos sistemas políticos e jurídicos que reflitam a diversidade cultural, étnica, jurídica e local. 14. Direito na Sociedade do Conhecimento 14.1 Diversidade Ética. Educação intercultural profunda. 14.2. Diversidade, diferenciação e descentramento do fenômeno jurídico. 14.3. O mundo é plano: a explosão das noções de distância, tempo e trabalho. 14.4. A partilha do conhecimento. 15. Avaliação do curso e auto-avaliação.

**Bibliografia:** básica AUGÉ, Marc. Por uma antropologia da mobilidade. Maceió: Edufal: Unesp, 2010. AUGÉ, Marc. Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 4ª. ed. São Paulo, Papirus, 2008. BARBOSA, Carla G. Antunha, BARBOSA, João M. Antunha e BARBOSA, Marco Antonio. “Direito à diversidade cultural na sociedade da informação”. RT. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. Ano 15-abril-junho, n° 59, p.38-55, 2007. BARBOSA, Carla G. Antunha, BARBOSA, João M. Antunha e BARBOSA, Marco Antonio. “Direito a diferença na sociedade da informação: os direitos indígenas na Constituição brasileira”. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. Nova Série. Ano 10, n° 20, julho/Dezembro, p. 43-65, 2007. BARBOSA, Marco Antonio. Autodeterminação. Direito à Diferença. São Paulo. Fapesp/Plêiade. 2001. BARBOSA, Marco Antonio. “Pós-Modernidade: A identidade – real ou virtual?” Direitos Culturais, v.5, p.75-92, 2010. BARBOSA, Marco Antonio. “Ilusão ou desilusão? O Programa Nacional de Direitos Humanos -PNDH3 de 2009 com as Mudanças Introduzidas pelo Decreto 7.177, de 12 de maio de 2010”. Direitos fundamentais & justiça, v. 15, p. 124-138, 2011 BARBOSA, João Mítia Antunha; BARBOSA, Marco Antonio. “Patrimônio Cultural Imaterial e Conhecimentos Tradicionais na Sociedade da Informação: Interculturalidade e Diversidade Cultural”. Direitos Culturais, v. 6, p. 47-56, 2011 BARBOSA, Marco Antonio. “Estado e Sociedade: Mutações e Incertezas na Sociedade da Informação”. Revista Jurídica (FURB. Online), v. 17, p. 99-126, 2013 BARBOSA, Marco Antonio. “Pluralismo jurídico na sociedade da informação”. Direitos Fundamentais & Justiça, v. 20, p. 114-134, 2012 BARBOSA, João Mítia Antunha; BARBOSA, Marco Antonio. “Povo e Estado no século XXI e atualização semântica do direito de autodeterminação dos povos”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 106, p. 133-162, 2013 BARBOSA, J. M. A. ; BARBOSA, Marco Antonio . “Patrimônio cultural imaterial e conhecimentos tradicionais na sociedade da informação: interculturalidade e diversidade cultural”. Direitos Culturais, v. 6, p. 47, 2011 BARBOSA, João Mítia Antunha ; BARBOSA, Marco Antonio. “Sociedade da Informação: patrimônio cultural imaterial e Conhecimentos Tradicionais”. Revista Brasileira de Meio Ambiente Digital e Sociedade da Informação, v. 1, p. 209, 2014 BARBOSA, João Mítia Antunha ; BARBOSA, Marco Antonio . “Povos Indígenas& Direito de Autor na Sociedade da Informação: uma contribuição ao debate”. Direitos Culturais, v. 8, p. 129-145, 2014 BARBOSA, Marco Antonio; SOUZA, Sandra Regina Valério. “Análise do discurso, metodologia para o estudo do direito na sociedade da informação: observação sobre o discurso do poder judiciário no Brasil”. Direitos Culturais, v. 7, p. 13-35, 2012. BARBOSA, Marco Antonio; OLIVEIRA, Bruno Batista da Costa de . “CNJ: Primavera brasileira ou defensor do estamento burocrático”. Revista Crítica do Direito, v. 60, p. 01-24, 2014 BARBOSA, Pablo Antunha; PIERRI, D. C; BARBOSA, Marco Antonio. “Cartas Guarani. O uso presente de papeis do passado”. Corpus-archivos virtuales de la alteridad americana, v. 3, p. 1-5, 2013 BARBOSA, João Mítia Antunha. Les lieux des savoirs autochtones. Identité, territoire et droits intellectuels. Berlin ; Éditions universitaires européennes, 2012. BARBOSA, João Mítia Antunha; BARBOSA, Marco Antonio; BARBOSA, Pablo Antunha. A luta contemporânea do Movimento Internacional Indígena por direitos: a Declaração das Nações Unidas de 13 de setembro de 2007, in RS ÍNDIOS – Cartografia sobre a Produção do Conhecimento; FERREIRA DA SILVA, Gilberto; PENNA, Rejane; DA CUNHA CARNEIRO, Luiz Carlos,(orgs.) Porto Alegre, Edipucrs, 2009, pp. 241-269 BROEKMAN, Jan M. Derecho y Antropología. Madrid, Civitas, 1993. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com Aspas e outros ensaios. São Paulo; Cosac Naify, 2009. COUTU, Michel. Max Weber et les rationalités du Droit. Paris, L.G.D.J., 1995. DaMATTA, Roberto. Relativizando. Uma Introdução à Antropologia Social. 5ª. ed. Rio de Janeiro. Rocco. 1997 FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo Ed. Martins Fontes. 2002 FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. São Paulo. Martins Fontes. 2008 GEERTZ, Clifford. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio. Zahar.2001 GEERTZ, Clifford. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 3ª. ed. Petrópolis. Vozes. 2000. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio. DO&A. 2005 LATOUCHE, Serge. A ocidentalização do mundo. Petrópolis. Vozes. 1996. LATOUR, Bruno. Une Anthropologie des Modernes. Paris, La Découverte, 2012. LATOUR, Bruno. La fabrique du droit. Une ethnographie du Conseil d’Etat. Paris, La Decouverte, 2004. LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. Raça e Ciência. Vol I. Comas, Juan, et al. São Paulo. Perspectiva.1970 L’ESTOLIE, Benoît de. Le goût des autres. De l’exposition coloniale aux arts premiers. Paris, Flammarion. 2007. LYOTARD, Jean-François. La Condition Postmoderne. Paris. Les Éditions de Minuit. 1979 RENAUT, Alain. A Era do Indivíduo – contributo para uma Historia da Subjectividade. Lisboa, Instituto Piaget, 2000. RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens. Brasília. UnB. 2000 ROULAND, Norbert. Anthropologie juridique. Paris. PUF. 1990. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. 9ª. ed. Rio de Janeiro. Record. 2002. SHIRLEY, Robert Weaver. Antropologia Jurídica. São Paulo. Saraiva. 1987 SUPIOT, Alain. Homo Juridicus .Ensaio sobre a função Antropológica do Direito. Lisboa, Instituto Piaget, 2005. VANDERLINDEN, Jacques. Anthropologie juridique. Paris. Daloz. 1996 Bibliografia complementar ALVES, J.A.Lindgren. O contrário dos direitos humanos. Lua Nova. 2002. n° 55-56.S.Paulo. p.105-132 BALANDIER, Georges. Antropologia Política. S.Paulo. Difel/Edusp. 1996 As dinâmicas sociais: sentido e poder. S.Paulo/ Rio. Difel. 1976 A desordem: elogio do movimento. Rio. Bertrand Brasil. 1997 BARBOSA, João Mítia Antunha; BARBOSA, Marco Antonio. Limites entre Descoberta e Invenção: A situação contemporânea dos conhecimentos tradicionais frente ao sistema de patentes na Sociedade da Informação., in Revista de Cultura – IMAE, ano 8, n. 17, 2008, São Paulo, pp. 23-28. BARBOSA, Marco Antonio. The indigenato, an ancient institution of Brazilian Law. Law & Anthropology. Viena, 3-307-15. 1988. BARBOSA, Gustavo Batista. A Sociedade contra o Estado: a antropologia de Pierre Clastres. Rev. Antropol. (on line). Jun.dez. 2004. vol. 47. n° 2. p.529-576. [http://www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo.php?BEVILAQUA, Ciméa; LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. Rev. Antropol. (on line). 2000. vol.43. n° 2. p.105-140 <a href=) BITTAR, Eduardo C.B. Pós-Modernidade. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 2005. BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte. UFMG. 2007 BRESSER-PEREIRA, Luiz

Carlos. Capitalismo dos técnicos e democracia. Rev. bras. Ci. Soc., out 2005, vol. 20, n 59, p 133-148

CARBONNIER, Jean. Flexible Droit. Pour une Sociologie du Droit sans rigueur, 10a ed. Paris, L.G.D.J., 2001.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Antropologia do Brasil. São Paulo. Edusp. 1986

CASTRO JUNIOR, Osvaldo Agripino. Introdução à Historia do Direito – Estados Unidos X Brasil. Ed. IBRADD e CESUSC. Florianópolis, 2001.

CUÉLLAR, Javier Pérez de. La variable culturelle. Le Patrimoine Culturel Immatériel. Internationale de L’Imaginaire. Nouvelle série. N° 17, pp.19-25. Nouvelle série. N° 17, pp.51-58. Ed. Babel.. Arles. 2004.

CLECH LÂM, Maivân. La portée juridique de l’ autodetermination. Essais sur les droits humains et le développement démocratique; (Peuples ou populations; égalité, autonomie et autodetermination: les enjeux de la Décennie internationale des populations autochtones). n° 5 p.73-123. Montréal. Centre international des droits de la personne et du développement démocratique. 1996.

COMTE-SPONVILLE, André; FERRY, Luc. Sabedoria dos Modernos. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Futuro do Estado. São Paulo. Saraiva. 2001

DAVIS, Shelton H. Vitimas do Milagre. Rio de Janeiro. Zahar.1978. - Antropologia do Direito (org.). Rio de Janeiro Zahar. 1978

DUPAS, Gilberto. Atores e Poderes na Nova Ordem Global. São Paulo. Unesp. 2005

DUPAS, Gilberto-Ética e Poder na Sociedade da Informação. São Paulo. Unesp. 2001

DUPAS, Gilberto. A questão ambiental e o futuro da humanidade, in, Política Externa, v. 16, n° 1, p.9-23, jun/ago/2007

DUPAS, Gilberto. América Latina no início do séc.XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas. Rio. Fundação Konrad Adenauer, S. Paulo. Edusp. 2005

DUPAS, Gilberto. A lógica global e os impasses na América Latina, in, Política Externa, v.13, n° 3, p.5-31, dez/fev. 2004/2007.

DUPAS, Gilberto. Tensões Contemporâneas entre o público e o privado. S.Paulo. Paz e Terra. 2003.

DUPAS, Gilberto. Fundamentos, contradições e conseqüências hegemônicas, in Política Externa, v. 11, n° 3, p.5-21, dez. 2002.

DUPAS, Gilberto. O discurso hegemônico do livre mercado e a vulnerabilidade dos grandes países da periferia, in, Política Externa, v. 10, n° 3, p.78-91, dez/fev. 2001/2002

DUPAS, Gilberto. Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 2ª. ed. S. Paulo. Edusp. 2001

DUPAS, Gilberto. Assimetrias econômicas, lógica das cadeias produtivas e políticas de bloco no continente americano, in, Política Externa, v. 9, n° 2, p.18-29, set/nov. 2000.

DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2ª. ed. S. Paulo. Paz e Terra. 2000

FARIA, José Eduardo. Direito e globalização. São Paulo. Malheiros. 1998

GENTIL, Pablo (org.) Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 3a. Ed. Petrópolis. Vozes. 2001.

GEORGE, Susan ; WOLF, Martin La Mondialisation libérale – pour et contre; Paris. Éditions Grasset – Les Echos. 2002.

GIDDEN, A. Conseqüências da modernidade. 2ª. ed. S. Paulo. Unesp. 2001

GILROY, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência. São Paulo. Rio de Janeiro. 34/Universidade Cândido Mendes- Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2001.

GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. S. Paulo. Paulus. 2004

GROPPO, Luis Antonio. Transculturação e Novas Utopias. Lua Nova. Abril 2005. n° 64. São Paulo.p.61-84

GROS, Denise B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. Rev. bras. Ci. Soc. Fev. 2004, vol. 19, n 54, p. 143-159

GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço. São Paulo. Cia das Letras. 2001

GUERRA FILHO, Wilson Santiago. Autopoiese do Direito na Sociedade Pós-Moderna. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1997.

HOEBEL, E. Adamson. Antropologia cultural e social. 2ª. ed. S. Paulo. Cultrix. 1976

HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções. Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1977.

JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. S.Paulo. Ática. 2000

KHAZNADAR, Chérif. Patrimoine culturel immatériel: les problématiques. Le Patrimoine Culturel Immatériel. Internationale de L’Imaginaire. Nouvelle série. N° 17, pp.51-58. Ed. Babel.. Arles. 2004

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. Rev. Bras. Ci. Soc., vol. 22, n° 65. S.Paulo, fev. 2007

LYON, David. A Sociedade da Informação. Oeiras. Celta.1992

MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica de cultura. 3ª. ed. Rio. Zahar. 1975

MAZZOLENI, Gilberto. O Planeta Cultural. . São Paulo. Edusp. 1990.

MOURA, Margarida Maria. Nascimento da Antropologia Cultural. A obra de Franz Boas. São Paulo. Hucitec. 2004.

MOURA, Margarida Maria; BARBOSA, Marco Antonio. Direito oficial e costumeiro no Brasil. TEMAS- IMESC. São Paulo, 3 (2):159-82, 1986.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. São Paulo. Atlas.2000 (org) Direito na Sociedade da Informação. S. Paulo. Atlas. 2007 (org) Direito na Sociedade da Informação – II. S.Paulo, atlas, 2009.

PERETTI-WATEL, Patrick. La société du risque. Paris, La Decouverte, 2001.

STOLCKE, Verena. Gloria o maldición del individualismo moderno según Louis Dumont. Rev. Antropol (on line) 2001. vol. 44. n° 2. p. 07-37. <http://www.scielo.br/scielo.php>

QUERMONNE, Jean-Louis. Les regimes politiques occidentaux. Paris. Éditions du Seuil. 2000

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura e Política no Mundo Contemporâneo. Brasília. Editora UNB, 2000

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil. São Paulo. Cia. Das Letras. 1995

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro. Graal. 1989 (org.) Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2002.

SERRES, Michel. O Contrato Natural. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.1991

SIMÃO FILHO, Adalberto; DE LUCCA, Newton (Org.). Direito e Internet; aspectos jurídicos relevantes. Bauru. Edipro. 2000.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2003

VELASCO E CRUZ, Sebastião E. Estado e Mercado: a OMC e a constituição (incerta) de uma ordem econômica global. Rev. bras. Ci. Soc., fev. 2005, vol. 20, n 57, p. 83-108

VOLK, Klaus. La verdad sobre la verdad y otros estudios. Buenos Aires, Ad-Hoc, 2007.

ZALUAR, Alda. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. Rev. bras. Ci. Soc., vol 12, n 35. S.Paulo, fev 1997

## GLOBALIZAÇÃO E CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PRIVADAS

### Ementa:

Primeira parte. —As metamorfoses sócio-econômicas e seus reflexos sobre o direito internacional e o direito interno dos povos. 1. Do individualismo privado antigo e moderno à socialização pós-industrial (sociedade da informação). As relações jurídicas no direito primitivo: o direito como força e como vingança. A auto-composição e o arbítrio privado e público. A autonomia da vontade e a liberdade individual. O privado e o público. A influência da Igreja no direito ocidental e o individualismo cristão. O antropocentrismo e seus reflexos sobre as relações jurídicas. O surgimento das grandes codificações e seus efeitos sobre as relações privadas. A sociedade industrial e a massificação contratual como fenômeno contrário ao individualismo. Contrato de adesão, normas de ordem pública e de interesse social. As cláusulas gerais. A sociedade internacional e a sociedade da informatização. O surgimento de um direito da sociedade da informação. 2. O solidarismo internacional e a constitucionalização do direito civil e do direito empresarial na sociedade pós-industrial. A influência da globalização sobre o processo constitucional ocidental. Normas formal e materialmente constitucionais. A valorização da pessoa e seus direitos e garantias fundamentais. A adoção de principiologias constitucionais sobre o direito infraconstitucional. Previsão constitucional de princípios de direito infraconstitucional. Importância da interpretação harmônica dos princípios constitucionais aplicáveis ao direito privado. A relevância do conhecimento nas relações privadas. Segunda parte. Da aplicabilidade da principiologia constitucional no direito privado. 3. A erradicação da pobreza como objetivo e a desconstrução do direito privado burguês. A massificação contratual e seus efeitos. Metamorfoses sócio-econômicas e participação popular. A pobreza como fenômeno social no direito antigo, medievo e moderno. O combate à pobreza no direito contemporâneo. O super-endividamento e a economia globalizada. Redistribuição de renda, redimensionamento da propriedade e dos contratos. Liberdade de associação e de constituição de empresas. Limites ao exercício do poder econômico. 4. A função social dos institutos jurídicos privados e a tutela dos direitos e interesses individuais, coletivos e difusos. Da intervenção estatal sobre as relações jurídico-privadas. Críticas. Da substituição do modelo individualista pelo social. A teoria da socialidade. Função social da relação jurídica. Efeitos sobre terceiros determinados e indeterminados. Função social dos institutos jurídicos: personalidade, família, responsabilidade civil, propriedade, sucessões e negócios jurídicos. Globalização e poder do Estado sobre as relações jurídico-privadas. 5. A dignidade da pessoa e a tutela dos direitos da personalidade. Liberdade negativa e liberdade positiva. Direito e garantias fundamentais individuais e transindividuais. Dignidade de vida e vida digna. Preservação do ser físico e valorização do ser ético. Proteção bio-psíquica como liberdade pública e como direito personalíssimo. Pretensão de universalização da tutela à dignidade do ser humano. 6. O super-endividamento e a teoria do patrimônio mínimo. A busca da erradicação da pobreza como objetivo constitucional. Proteção do devedor e do credor. Presunção de favorecimento legal ao devedor. Teoria do patrimônio mínimo como garantia constitucional e proteção dos direitos da personalidade. Patrimônio mínimo de subsistência ou de garantia do desenvolvimento bio-psíquico? Institutos destinados à preservação dos direitos da personalidade, mediante a conservação de um patrimônio mínimo. 7. A dignidade da pessoa e a proteção do nascituro, da criança, do adolescente, dos demais incapazes e do idoso. Proteção constitucional e infraconstitucional do nascituro. O nascituro perante o Código Civil. Proteção constitucional e infraconstitucional da criança e do adolescente. A criança e o adolescente perante o Código Civil e o seu estatuto respectivo. Proteção constitucional e infraconstitucional dos incapazes. O incapaz perante o Código Civil. Proteção constitucional e infraconstitucional do idoso. O Estatuto do Idoso. 8. Solidariedade social e sua aplicação no direito de família. Função social da família. A família e sua repersonalização: do direito antigo ao direito moderno. Efeitos da revolução industrial sobre as relações familiares. Efeitos da revolução informacional sobre as relações familiares. A exposição da família perante a sociedade e a quebra da intimidade absoluta. A repersonalização da família e sua função social. O surgimento de novas entidades familiares. Solidariedade, respeito e afeto nas relações familiares. 9. Solidariedade social aplicada à teoria do risco na responsabilidade civil. Da responsabilidade fundamentada na justiça retributiva e na justiça distributiva. Da subjetivação da responsabilidade como busca da justiça real. A ineficiência da teoria subjetiva frente à revolução industrial e da informação. Teorias intermédias da responsabilidade: presunção de culpa, obrigação de meio e de resultado, obrigação de garantia, obrigação de segurança, abuso de direito e culpa objetiva. Da teoria do risco e suas sub-teorias. Uma nova responsabilidade civil: terceira via pela simples existência de dano? 10. Solidariedade social e sua aplicação nos meios de comunicação, em propaganda e publicidade. Direito à informação e dever de informar como garantia constitucional. Limites dados pelo dever de sigilo. Informação solidária e facilitação ao seu acesso. Proposta clássica de contratação. Sua evolução para a oferta ao público. Propaganda e publicidade nos meios de comunicação de massa. Proteção do consumidor perante a publicidade enganosa e abusiva. Responsabilidade dos meios de comunicação: rádio, televisão, anúncios por outros meios e internet. Globalização e universalização excludente da comunicação. 11. Solidariedade social e sua aplicação nos negócios jurídicos. Função social do contrato. Da liberdade plena de contratação à autonomia da vontade limitada. O consensualismo responsável e os efeitos do contrato perante terceiros determinados e indeterminados. Da revisão judicial dos contratos e busca da igualdade contratual real. Da solidariedade contratual como dever correlato. Solidariedade internacional e sociedade da informação. 12. Solidariedade social e sua aplicação na distribuição de bens. Função social da propriedade. Reforma agrária e urbana. Da propriedade individual e coletiva à função social dos bens móveis e imóveis. Da redistribuição dos bens destinados à moradia, subsistência bio-psíquica e preservação dos direitos personalíssimos. Reforma agrária e urbana. Perspectivas civis-constitucionais. 13. Solidariedade social e sua aplicação no direito das sucessões. Destinação da herança jacente. O novo direito sucessório e suas incongruências perante a principiologia constitucional. A desigualdade de tratamento ao cônjuge supérstite e ao convivente. A destinação da herança jacente e sua função social. 14. A inserção do direito privado brasileiro em um direito comunitário ou transnacional. A formação dos blocos econômicos e a regulação comunitária dos direitos privados. A recepção das normas comunitárias nos direitos internos e sua repercussão sobre as relações privadas. Busca de um estilo uniforme de vida? 15. Globalização, Liberdade, e conhecimento nos meios eletrônicos. Liberdade

na rede. Autoridade para regulamentação. Formas autônomas de regulamentação. O paradoxo do solvente universal. Liberdades públicas no espaço cibernético. Liberdade de pensamento e censura na rede. A legislação norte-americana e o decency act. Proteção da propriedade no ciberespaço.

**Bibliografia:** ASCENSÃO, José de Oliveira, e outros. Direito da sociedade da informação, 6 volumes. Coimbra : Coimbra Editora, 1999, 2001 e 2002. DINIZ, Maria Helena, e SENISE LISBOA, Roberto (coords.). O direito civil no século XXI, São Paulo : Saraiva, 2003. SENISE LISBOA, Roberto. Confiança contratual. São Paulo, Atlas, 2012. SENISE LISBOA, Roberto. Contratos difusos e coletivos – a função social do contrato. 4a edição. São Paulo : Saraiva, 2012. SILVEIRA RAMOS, Carmen Lúcia, e outros (coords.). Diálogos sobre o direito civil: construindo uma racionalidade contemporânea. Rio de Janeiro : Renovar, 2002. TEPEDINO, Gustavo (coord.). Problemas do Direito Civil-Constitucional. Rio de Janeiro : Renovar, 2000. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BITTAR, Carlos Alberto. O direito civil na Constituição de 1988. São Paulo : RT, 1990. COSTA, Judith Martins (coord.). A reconstrução do direito privado. São Paulo : RT, 2002. DAOUN, Alexandre Jean (Coord.). Direito e internet. Aspectos jurídicos relevantes. São Paulo:Edipro, 2000 DE LUCCA, Newton, e SIMÃO FILHO, Adalberto. Direito & internet – aspectos jurídicos relevantes. 2a edição. São Paulo : Quartier Latin, 2005. FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do direito civil. Rio de Janeiro : Renovar, 2000. FACHIN, Luiz Edson (coord.). Repensando fundamentos do Direito Civil brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro : Renovar, 2000. FACHIN, Luiz Edson. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo. Rio de Janeiro : Renovar, 2001. FARIAS, José Fernando de Castro. A origem do direito de solidariedade. Rio de Janeiro : Renovar, 1998. FLOREZ-VALDÉS, Joaquín Arce y. El derecho civil constitucional. Madrid, Civitas, 1991. GLOSSBRENNER, Alfred & Emily. Internet. Tradução Roberto R. Tavares. Excel Books, 1994. GUICHARD, Raúl. Da relevância jurídica do conhecimento no direito civil. Porto : Universidade Católica Portuguesa, 1996. GUTIÉRREZ, Graciela N. Messina de Estrella. La responsabilidad civil en la era tecnológica – Tendencias y prospectiva. Buenos Aires : Abeledo-Perrot, 1997. LORENZETTI, Ricardo. Comércio eletrônico. São Paulo : RT, 2004. MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. Da boa-fé no direito civil. Coimbra: Almedina, 1984. MENGER, Anton. El derecho civil y los pobres. Buenos Aires: Atalaya, 1947. PAESANI, Liliana Minardi. Direito e internet. São Paulo: Atlas, 2000. SAVATIER, René. Les métamorphoses économiques et sociales du droit privé d'aujourd'hui. Paris: Dalloz, 1959. SCHAFF, Adam. A sociedade informática. São Paulo, Brasiliense, 1998. TEPEDINO, Gustavo (coord.). A parte geral do novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

## **SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E TEORIA SOCIAL**

### **Ementa:**

1. Sociedade da Informação: contextualização teórica e prática.
2. Espaço social cibernético.
3. Informação e Conhecimento nas ideias de modernidade e pós-modernidade.
4. Usos da informação: controvérsias.
5. A nova mídia.
6. Nova sociedade ou novo homem?
7. O ingresso e a performance do Brasil na sociedade da informação.
8. Brasil – O Poder executivo e a Sociedade da Informação.
9. O Judiciário e o Legislativo diante das novas tecnologias.
10. Poder e visibilidade na era da informação midiática.
11. O controle e a produção de informação como instrumentos de Poder Político.
12. Escândalos públicos na era da informação
13. Análises de escândalos públicos (seminários).
14. Análise de escândalos públicos (seminários).

**Bibliografia:** ABENSOUR, Miguel. La Democratie contre l'État – Marx en le moment machiavélien. Paris, Félin, 2004. BARBOSA, Marco Antonio. «Pós Modernidade : A identidade – real ou virtual?» Direitos Culturais, Santo Ângelo, v.5, n.8, p.75-92, jan./jun.2010 BOURDIEU, Pierre (Coord.). A miséria do mundo. 8a. Ed., Petrópolis, Vozes, 2011. CHEVALIER, Jacques. L'État post-moderne. 2ª. ed. Paris. L.G.D.J., 2004 COHEN-TANUGI, Laurent. Le Droit sans l'Etat. Paris. Quadrige/PUF, 1992. DAHRENDORF, Ralf. En busca de un nuevo orden. Barcelona, Paidós, 2005. DUPAS, Gilberto Direito e poder na sociedade da informação. São Paulo: UNESP, 2000, 2ª ed. rev. e ampliada GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Modernización reflexive – política, tradición y estética en el orden social moderno. Madrid, Alianza, 2001. HABERMAS, Jürgen. A constelação pós-nacional. São Paulo: Littera Mundi. 2001. LATOUR, Bruno. Reagregando o Social. Salvador, EduFBA, 2010. LUHMANN, Niklas. A realidade dos meios de comunicação. São Paulo: Paulus, 2005. LYOTARD, Jean François. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro. José Olympio. 2000 MATTELART, Armand. História da sociedade da Informação. São Paulo. Loyola. 2002. MAFFESOLI, Michel. A transfiguração do político – a tribalização do mundo pós-moderno. Lisboa. Instituto Piaget, 2002. SANTOS, Boaventura de Souza. Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social. São Paulo, Boitempo, 2007. THOMPSON, John. A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia. 3ª. ed., Petrópolis. Vozes. 2001. TOURAINE, Alain. Igualdade e Diversidade. Bauru. Edusc. 1998. VIRILIO, Paul. Cibermundo: A Política do Pior. Lisboa, Teorema, 2000. WIZARD Jr., Wilson. A nova mídia. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000 Complementar BOURDIER, Pierre Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. CASTELLS, Manuel. La ciudad informacional. Madrid: Alianza Editorial, 1995 CASTELLS, Manuel A Sociedade em Rede, São Paulo: Paz e Terra, 1999 CASTELLS, Manuel La era de la información. Madrid: Alianza Editorial, 1998, 2 vols. CASTELLS, Manuel. Vol. I: A sociedade em rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. CASTELLS, Manuel. Vol. II: O poder da identidade. Tradução de Alexandra Lemos e Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. CASTELLS, Manuel. Vol. III: O fim do milénio. Tradução de Alexandra Figueiredo, Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. CASTILLO, Ricardo. Tecnologias de Informação e os novos fundamentos do espaço geográfico. In Desafios da comunicação, DOWBOR, Ladislau; et. al. (orgs.). Petrópolis.



Vozes, 2000. CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do Labirinto. Vol1. 2ª. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987 CECEÑA, A. E. (org.) La tecnología como instrumento de poder. México: Universidad Autónoma de México, 1998. CHAIA, Vera. Mídia e marketing político. In Desafios da comunicação, DOWBOR, Ladislau; et. al. (orgs.). Petrópolis. Vozes, 2000. \_\_\_\_\_; Teixeira, Marco Antonio. A máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania. In Mídia e Política, CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs.). São Paulo: Educ, 2000. COHN, Gabriel. A forma da sociedade da Informação. In Desafios da comunicação, DOWBOR, Ladislau; et. al. (orgs.). Petrópolis. Vozes, 2000. FONSECA, Francisco. A democracia virtual: a mídia sem freios e contrapesos. In Desafios da comunicação, DOWBOR, Ladislau; et. al. (orgs.). Petrópolis:Vozes, 2000. KUCINSKI, Bernardo. A Síndrome da antena parabólica – ética no jornalismo brasileiro. São Paulo:Fundação Perseu Abramo, 1998. KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. Lisboa, Guerra e Paz,2009 LAVAGNA, R. Neoconservadorismo versus capitalismo competitivo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1999. MORA, Maribel Narváez. Wittgenstein y la Teoría del Derecho – una senda para el convencionalismo jurídico. Madrid, Marcial Pons, 2004. PASQUALI, Antonio. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação (Para clarear e melhorar o entendimento mútuo). In Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação. MELO, José Marques; SATHLER, Luciano (orgs.). São Bernardo do Campo:Universidade Metodista, 2005. PÉREZ LUNO, Antonio Enrique. Cibercidadania o ciudadanía.com? Barcelona, Gedisa, 2004. QUESADA, Fernando. (ed.) Plurinacionalismo y ciudadanía. Madrid. Biblioteca Nueva, 2003. RABOY, Marc. Mídia e democratização na sociedade da informação. In Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação. MELO, José Marques; SATHLER, Luciano (orgs.). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2005. RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação. Melo, José Marques; SATHLER, Luciano (orgs.). São Bernardo do Campo:Universidade Metodista, 2005. SARTORI, Giovanni. Homo Videns – televisão e pós-pensamento. Lisboa: Terramar Editores, 2000. SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Exclusão digital - a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. \_\_\_\_\_. Software livre - a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo:Fundação Perseu Abramo, 2004 SORJ, Bernardo. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2004. SCRUTON, Roger . O ocidente e o resto. Lisboa, Guerra e Paz, 2006. SPENCER, Herbert. L'individu contre l'État. Paris, Manucier, 2008. TAYLOR, Charles; et. all.Multiculturalismo.Lisboa, Instituto Piaget, 1994. TEIXEIRA, Marco Antonio. A máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania. In Mídia e Política, CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs.). São Paulo: Educ, 2000. THOMPSON, John. Escândalos políticos – poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2003. \_\_\_\_\_. Ideologia e cultura moderna: teoria Social crítica na era de comunicação de massas. Petrópolis: Vozes, 2001. VI – Metodologia e sistema de avaliação 1. 60 horas de encontros semanais obrigatórios – aulas e seminários divididas em 15 (quinze) encontros semanais. Cada encontro consistirá de exposição pelo docente dos 8 primeiros itens do programa, ficando os itens 9 a 14 reservados para desenvolvimento e apresentação pelos alunos. 2. Ao final do semestre, no último encontro, discussão e avaliação do curso e auto-avaliação dos alunos e entrega de trabalho escrito em forma de artigo científico sobre o tema, ou parte do tema objeto da apresentação oral em aula. 3. Leituras semanais dos textos básicos indicados como suporte mínimo para as aulas teóricas. Estes textos, de leitura obrigatória, consistirão de trechos escolhidos dentro da bibliografia acima. Os alunos devem se reunir em grupos para essas leituras, fora do horário de aulas e seminários.

## TEORIA DA DEMOCRACIA E POSITIVAÇÃO DO DIREITO

### Ementa:

1. Democracia direta. A importância da compreensão do significado e do alcance da democracia direta para sua transposição à era cibernética. Mecanismos tradicionais de democracia direta e sua revitalização na era da informática. Novos instrumentos de democracia direta, decorrentes do avanço tecnológico. 2. Organização política, princípio da subsidiariedade e democracia telemática. Democracia orgânica e democracia telemática: coexistência viável ou não? 3. Democracia, sistemas econômicos e o avanço tecnológico. Democracia liberal. Transposição para o século XXI: inércia estatal utópica em plena sociedade da informação. Democracia social. Dirigismo estatal na era cibernética. Democracia social de mercado e seus reflexos na sociedade da informação. 4. Democracia partidária. Atuação dos partidos políticos na sociedade da informação. Programas dos partidos, a essência da democracia partidária, na era cibernética. Os sistemas de partidos na democracia telemática. 5. Democracia participativa. Definição apropriada ao século XXI. Representação, participação popular direta, avanço tecnológico e o texto constitucional brasileiro vigente. A era cibernética exige reforma constitucional para atualização da democracia participativa? Democracia participativa, sociedade da informação e o direito comparado. 6. Democracia parlamentar na era cibernética. Viabilização da democracia representativa pelos Parlamentos. A organização interna atual dos Parlamentos. Aspectos relevantes do processo legislativo no Brasil, à luz da sociedade da informação: Emenda à Constituição, lei complementar, lei ordinária, sistema de codificação e consolidação das leis, lei delegada, medida provisória, decreto legislativo e resolução. Aspectos relevantes do processo legislativo no exterior. 7. Da participação popular no processo legislativo. A participação formal (institucional) e as Comissões de Legislação Participativa. A participação informal. As audiências públicas das comissões e as transmissões pelos meios de comunicação social. Os mecanismos atuais de interação eletrônica entre representantes e representados. O papel dos sites das Casas Legislativas, das TVs Câmara e Senado e do Interlegis e o controle popular dos atos parlamentares. O acompanhamento popular dos projetos na fase de apreciação presidencial, para sanção ou veto. 8. Democracia contemporânea. A influência dos meios de comunicação no processo político. O advento da imprensa. A substituição da linguagem escrita pela oral. A introdução do rádio. A invenção da televisão e a era da imagem. A democracia

televisiva. 9. A atuação da televisão, do rádio e da internet na formação da opinião pública e na condução da participação política do povo. A influência quotidiana dos meios de comunicação na difusão dos acontecimentos políticos. A elaboração e a divulgação de pesquisas de opinião conduzidas pelos meios de comunicação. A influência política indireta do rádio e da televisão por meio da programação normal das emissoras. 10. A influência dos meios de comunicação no processo eleitoral. O avanço tecnológico e a propaganda eleitoral: conseqüências durante as campanhas eleitorais. O marketing político-eleitoral pelo rádio, pela televisão e pela internet. Programas políticos cinematográficos e com efeitos especiais. Normas vigentes e propostas legislativas de controle da propaganda eleitoral pelos meios de comunicação. Divulgação oficial de informações eleitorais pela Justiça Eleitoral, por intermédio dos meios de comunicação. A repercussão popular. 11. O avanço tecnológico e a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos: a formação da convicção dos governados. 12. Democracia virtual. Informática e eleições. Os computadores e os mecanismos de democracia direta. O voto eletrônico. A apuração das eleições. Divulgação das contas partidárias. Divulgação dos atos de execução do orçamento público pela internet como mecanismo de fiscalização popular dos partidos políticos e dos governantes. 13. A internet e a globalização da democracia. A formação de uma opinião pública universal. Globalização, democracia e ordem internacional. Universalização instantânea de idéias e de atuação governamental decorrente do alcance dos meios de comunicação. Facilitação da formação de blocos políticos continentais na era da cibernética. Inclusão digital como instrumento da democracia e da cidadania. 14. Novos territórios democráticos. A formação de uma opinião pública universal. A democracia no ciberespaço. Conceito de povo: quem é o povo na sociedade da informação? 15. O futuro da democracia e a democracia do futuro. Aspectos não políticos de democracia e sua oxigenação na era cibernética. Limites da democracia telemática decorrentes da natureza humana. 16. Entraves ao desenvolvimento da democracia no Brasil. Democracia como padrões de exigências e não apenas como técnica de neutralização de conflitos.

**Bibliografia:** ASULAITIS, Sylvia. Modelos de democracia no ciberespaço e os aspectos normativos das teorias ciberdemocráticas. *Revista de Estudios Sociales Comparativos*, v. 36, p. 1-20, 2010. BERNARDES, M. B. Democracia na Sociedade Informacional: Políticas necessárias ao desenvolvimento da democracia digital nos municípios brasileiros. Florianópolis, 2011. 262 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Curso de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. BERNARDES, Marcele Berger - Democracia Na Sociedade Informacional - Editora: Editora Saraiva, 2014 BRANDAO, Priscila Carlos - Serviços Secretos E Democracia No Cone Sul - Premissas Para Uma Convivência Legítima, Eficiente - Editora: Impetus, 2010 CARDON, Dominique - Democracia Internet, A - Promessas E Limites - Editora: Forense Universitari, 2012 CHEVITARESE, Alessia Barroso Lima Brito Campos - Democracia E Biossegurança De Ogm - Um Debate Jurídico, Tecnico E Social - Editora: Jurua Editora, 2011 FREIRE, G. M. C. A.; FEITOSA, G. R. P. Cyberdemocracia: limites e fragilidades do governo eletrônico na construção da democracia. In: VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. 29 de julho a 01 de agosto de 2007, Unicamp, Campinas, SP. Anais de evento. GUZZI, Drica - Web E Participação - A Democracia No Seculo Xxi - Editora: Senac Sp, 2010 JAMBEIRO, OTHON . Democracia digital e e-Gov: por relações transparentes entre Estado e Sociedade. *MídiaCom Democracia*, v. 01, p. 12-13, 2011. JAMBEIRO, OTHON ; BORGES, J. . Internet, Participação Política e Organizações da Sociedade Civil. *Eco (UFRJ)*, v. 13, p. 124-145, 2010. MAIA, R. C. M. A Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p.277-292. MARQUES, F. P. J. A. Internet, canais de participação e efeitos políticos: um estudo do Portal da Câmara. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* 12(2): 82-94, maio/agosto, 2010. MARTINS, Paulo Emilio Matos SARAIVA, Enrique PIERANTI, Octavio Penna - Democracia E Regulação Dos Meios De Comunicação De Massa - Editora: Editora Fgv, 2008 MEYER, Thomas HINCHMAN, Lew - Democracia Midiática - Como A Mídia Coloniza A Política - Editora: Loyola, 2008 OLIVEIRA MORTE, Luciana Tudisco - Liberdade de informação jornalística: Limites frente à democracia brasileira atual - Editora: NEA (Novas Edições Acadêmicas), 05.08.2014 RUBIALES MORENO, Francisco - Democracia Secuestrada - Menos Partidos Y Más Ciudadanos Para La Nueva Soci - Editora: Almuzara, 2005 PINHO, José Antonio Gomes. Investigando portais do governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 42(3):471-93, Maio/Jun, 2008 ROCHA DE SOUZA, Leonardo - Direito Ambiental E Democracia Deliberativa – Paco Editorial - 1/2013 ROTHBERG, D. . Contribuições a uma teoria da democracia digital como suporte à formulação de políticas públicas. *CTS. Ciencia, Tecnología y Sociedad*, v. 5, n. 14. p. 1-19, 2010. ROTHBERG, D. ; RESENDE, L. P. . Estudos CTS, comunicação e democracia digital. In: Wanda Aparecida Machado Hoffmann. (Org.). *Ciência, tecnologia e sociedade: desafios da construção do conhecimento*. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2011, v. , p. 51-66. SAMPAIO, Rafael Cardoso. Participação política e os potenciais democráticos da internet. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 29-53, jan.-jun. 2010. SANTANA, Raimundo Rodrigues MATTOS NETO, Antonio Jose De LAMARAO NETO, Homero - Direitos Humanos e Democracia Inclusiva - Editora: Saraiva, 2012 SCLOVE, Richard E. - Democracy and Technology (Conduct of Science Series) Paperback – July 28, 1995 Departament of Sociology – University of Durham, England SILVA, Maria Paula Almada e - Participação política e transparência online - Um panorama sobre a democracia digital no Brasil a partir de iniciativas da sociedade civil - Editora NEA (Novas Edições Acadêmicas), 2014 SILVA, S. P Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. Participação política e internet no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2011, p.123-146. Dados abertos para a Democracia na Era Digital. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.84 p. <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0817.pdf> What Is the Relationship Between Technology and Democracy? Condoleezza Rice and Google’s Eric Schmidt and Jared Cohen discuss communication

technologies, foreign policy, and geopolitics. <http://www.gsb.stanford.edu/news/headlines/what-is-relationship-between-technology-democracy>

**DIREITOS DA PERSONALIDADE: EROÇÃO E PROTEÇÃO NAS NOVAS TECNOLOGIAS**

**Ementa:**

1. Privacidade e intimidade. Conceito e distinção. Escorço histórico e desenvolvimento da intimidade e privacidade. Extensão do direito à intimidade e privacidade. 2. Direitos da personalidade como direitos fundamentais. Tratamento constitucional da privacidade e intimidade e demais direitos da personalidade. Colidência do direito à privacidade e intimidade com outros direitos fundamentais. Habeas data como remédio processual de proteção à intimidade e privacidade. A imagem, a privacidade e intimidade em meio virtual eletrônico. Os direitos da personalidade nas comunidades de relações virtuais (ORKUT, UOLKUT, BERTRAN etc.). Proteção à honra e à imagem nos meios virtuais. 3. Erosão da privacidade. Revolução telemática e ataques à privacidade. Os softwares de reconhecimento: voyeurismo governamental e empresarial. Softwarehouses e fim da privacidade. Monitoramento de correspondência. 4. Novos instrumentos de violação aos direitos da personalidade. O grampo eletrônico. Programas de coletas de informações Cookies. Espiões eletrônicos spyware. Correspondência eletrônica não solicitada. 4. Banco eletrônico de dados pessoais. Formação e legalidade do banco de dados. Propriedade dados. Propriedade do banco de dados. Alienação de banco de dados. Banco de dados de interesse público. 5. Proteção aos direitos da personalidade no âmbito das relações profissionais. O empregador ou contratante e a intimidade e privacidade do empregado ou prestador de serviços. A cláusula de confidencialidade e a intimidade e privacidade do empregado ou prestador de serviço. A revista pessoal ou eletrônica. A honra e a imagem do empregado nos meios eletrônicos. 6. Supervisão de e-mails nas relações profissionais. O poder do empregador ou do contratante para supervisionar os e-mails de seus empregados ou prestadores de serviços. Validade da cláusula contratual pela qual o empregado ou prestadores de serviços autorizam a supervisão de seus e-mails. 7. Intimidade, privacidade e o trabalho à distância. Comunicação eletrônica e prestação de serviço à distância. O trabalho à distância e a invasão à privacidade e intimidade. O trabalho à distância e a escravidão eletrônica do empregado ou do prestador de serviços. 8. Assédio moral no âmbito das relações profissionais. Conceito, caracterização e proteção legal. Formas de assédio moral nas relações profissionais. Políticas empresariais com relação ao assédio moral. 9. Fragmentação e temporalização das relações de trabalho. Invasão do cotidiano do trabalhador e relativização da jornada de trabalho. Enfraquecimento dos sindicatos e associações. Encurtamento dos ciclos produtivos e precariedade do emprego. 10. Assédio moral no âmbito das instituições de ensino e pesquisa. Realidade do assédio moral na educação e na pesquisa. Formas de assédio moral na educação e na pesquisa. Políticas institucionais com relação ao assédio moral na educação e pesquisa.

**Bibliografia:** ARATA JÚNIOR, Seiiti. Novos desafios à privacidade: os círculos sociais e as redes sociais: social networks. Saúde, Ética e Justiça. São Paulo. V. 8. N. 1/2. ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais, 2ª ed., trad. Virgílio Afonso da Silva, São Paulo: Malheiros, 2012. ASCENSÃO, José de Oliveira. O Fair Use no Direito Autoral. Revista Forense. Vol. 365, p. 73-83. \_\_\_\_\_, José de Oliveira. Direito intelectual exclusivo e liberdade. Revista da ABPI nº 59, São Paulo: jul/ago 2002, p. 40-49. BERTRAND, André. A proteção jurídica dos programas de computador. Porto Alegre: Lael, 1996. BITTAR, Carlos Alberto. Os Direitos da Personalidade. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. BOBBIO, Norberto. A Era dos direitos. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Nova Ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2004, 13ª reimpressão. GONÇALVES, Antonio Baptista. Intimidade, vida privada, honra e imagem ante as redes sociais e a relação com a internet: limites constitucionais e processuais. In: Revista de Direito Privado. São Paulo. V. 1. N. 48, pp. 299-341. Out./dez. 2011. LEMOS, Ronaldo. Futuros Possíveis – mídia, cultura, sociedade, direitos. 1ª edição, 2012, Editora Sulina. LEONARDI, Marcel. Tutela e privacidade na internet. São Paulo: Saraiva, 2012. LÉVY, Pierre. Cibercultura. tradução de Carlos Irineu da Costa. 2ª ed. São Paulo : 34, 2000. MARQUES, Cláudia Lima. O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. RODOTÀ, Stefano. A vida na sociedade da vigilância – A privacidade hoje. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. SIMÃO FILHO, Adalberto; DE LUCCA, Newton (Org.). Direito e Internet: aspectos jurídicos relevantes. Bauru: EDIPRO, 2008. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito da sociedade da informação. Separada da Revista da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, vol IV, Coimbra, 2003, p. 43-68. Burke, Peter. Uma História Social do Conhecimento: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. CARDOSO, GUSTAVO. A mídia na sociedade em rede. Editora FGV, 1ª ed., 2007. p. 311-354. CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Volume I; tradução Roneide Venacio Majer, atualização para a 6ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1999, Capítulos VI e VII. \_\_\_\_\_. Manuel, CARDOSO, Gustavo. CARAÇA, João. A Crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança. Tradução: Alexandra Figueiredo, Liliana Pacheco e Tília Marques. Ed. Paz e Terra, 2013, 1ª ed., p. 257-297. FARIA, José Eduardo. Direito e globalização econômica. São Paulo: Malheiros, 2010. FARIAS, Edilsom Pereira de. COLISÃO DE DIREITOS – A honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação. Porto Alegre: Fabris Editor, 1996. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Sigilo de Dados: o Direito à Privacidade e os Limites à Função Fiscalizadora do Estado, en Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas, Nº 1, São Paulo: RT, outubro/diciembre 1992. FORJAZ, Maria Cecilia Spina. La globalización y la Crisis del Estado Nación, publicado en la Revista de Administración de Empresas, vol. 40, Número 2, abril / junio 2000, pp. 38/50. FRANCESCHELLI, Vincenzo. La tutela della privacy informática. Milão: Giuffré Editore, 1998. FROSINI, Vittorio. Cibernetica, Diritto e Società, Milão: Ed. Di Comunità, 1978. GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução Raul Filker. São Paulo. Editora

Unesp 1991. p. 29-31; 177-193. PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. 6ª ed., Ed. São Paulo. Atlas, 2013. \_\_\_\_\_, Liliana Minardi. Manual de Propriedade Intelectual: direito do autor, direito da propriedade industrial, direitos intelectuais sui generis. São Paulo, Atlas, 2012. PODESTÁ, Fábio. A intimidade no ambiente de Internet. In: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coords.). Direito & internet – aspectos jurídicos relevantes. Bauru: EDIPRO, p. 21-98, 2008. ROCHA, Manuel Lopes. e MACEDO, Mário. Direito no Ciberespaço, Lisboa: Edições Cosmos, 1996. RODRIGUES, M. A. Dávora. Manual de derecho informático. Pamplona: Aranzadi, 1997. ROVER, Aires José. Direito, sociedade e informática (limites e perspectivas da vida digital). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000. SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos. Considerações iniciais sobre a proteção jurídica das bases de dados, artigo publicado na obra coletiva Direito & Internet — Aspectos Jurídicos Relevantes, São Paulo: Edipro, 2000. SAMPAIO, José Adércio Leite. Direito à intimidade e à vida privada. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. SILVA NETO, Amaro Moraes e. E-mails indesejados à luz do direito. São Paulo: Quartier Latin, 2002. SILVA NETO, Amaro Moraes e. Privacidade na internet. Um enfoque jurídico. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2001. SOUSA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. Direito geral de personalidade. Coimbra: Coimbra Editora, 1995. SPINELLO, Richard A. Cyber Ethics. Morality and Law in cyberspace, 2nd ed. Jones and Bartlett Publishers, 2002.

## DIREITO SOCIETÁRIO E EMPRESARIALIDADE NO AMBIENTE INFORMACIONAL

### Ementa:

1. Fundamentos axiológicos do direito de empresa na sociedade da informação. Raízes e evolução do conceitos de sociedade da informação. Reflexos das novas tecnologias na atividade empresarial. Delineamento do ambiente informacional relacionado à empresa. 2. Análise histórico evolutiva do direito da empresa. A transposição teórico dogmática dos atos de comércio ao direito de empresa. A formulação do conceito de empresa adequado à sociedade da informação. A privacidade empresarial como um direito constitucional. 3. Empresa e desenvolvimento social no âmbito da Constituição Federal. Lineamento constitucional da empresa. Empresa: informação, ideologia e utopia. 4. O padrão dogmático da nova empresarialidade na sociedade da informação. Problemáticas relacionadas à empresa em ambiente informacional. Características e conseqüências da integração das novas tecnologias na atividade empresarial. 5. Função social da empresa e inter-relacionamento com o 3o setor. Aprofundamento científico acerca da função social da empresa como premissa constitucional. Estudo jurídico e comparativo do setor terciário formado por serviços, assistencialismo. 6. Negócios jurídicos empresariais e comércio eletrônico. As novas tecnologias informacionais e a contratação. Convergência digital e seus reflexos jurídicos. As redes de contratos para um fim único e comum. 7. Confiança como elemento principal do comércio eletrônico. Estudo comparativo da teoria da confiança. Reflexos da teoria e avaliação valorativa. A responsabilidade civil nos negócios informáticos. 8. A empresa e as suas inter-relações externas e internas. A pluralidade de relacionamentos empresariais. A impressão de preceitos regulatórios das relações internas e externas. 9. A ética empresarial nos negócios jurídicos e na solução de controvérsias. Estudo teórico da ética clássica à ética pós moderna em ambiente informacional. A criação de um standard comportamental. A interpenetração do standard relacionado à ética empresarial com a busca de soluções de conflitos ao largo do poder judiciário. 10. O governo da empresa (governança corporativa) em face dos interesses múltiplos empresariais. Evolução histórica da busca da melhor gestão empresarial. Grupos de interesses em conflito axiológico. Regramento da empresa através de cláusulas próprias. Conseqüências jurídicas da aplicabilidade do sistema de governança corporativa. 11. Análise econômica do direito da empresa. As principais teorias acerca da análise econômica do direito. Condições de validade aplicativa em ambiente informacional. Necessidade de imposição do elemento ético no cálculo empresarial. 12. Empresa e mercado regulado. Teorias jurídicas da regulação. Regulação e desenvolvimento. Captura do ente regulatório. 13. A crise da empresa e instrumentos jurídicos de contingência. Lineamentos teóricos doutrinários da crise da empresa. Soluções legislativas e o direito recuperacional. Detecção das formas de solução da crise na sociedade informacional. 14. A proteção constitucional e a busca da atividade empresarial eficiente. O direito à privacidade empresarial. Interferência lesiva e sua responsabilização. Aplicabilidade dos direitos da personalidade à empresa. 15. Tendências futuras e consolidação do padrão dogmático. Análise comparativa da atividade empresarial em seu exercício nos países que possuem políticas de sociedade da informação. Possibilidade de consolidação do padrão de ética empresarial.

**Bibliografia:** ABREU FILHO, José . O negócio jurídico e sua teoria geral. São Paulo:Saraiva.5a ed. 2003. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo. RT. 2016. COMPARATO, Fábio Konder. A Reforma da Empresa. Artigo publicado na obra Direito Empresarial – Ensaios e Pareceres, São Paulo: Saraiva, 1990. -O pode de Controle das sociedades anônimas:Saraiva. 2005 DE LUCCA, Newton. A Atividade Empresarial no âmbito do projeto de Código Civil.Artigo publicado na Obra Direito Empresarial Contemporâneo coordenada por Newton De Lucca e Adalberto Simão Filho.São Paulo:Juarez de Oliveira.2000. Paesani. Liliane Minardi. Direito na sociedade da informaão. Vols. 1 e 2. Atlas. São Paulo. 2007 e 2009 SALOMÃO FILHO, Calixto. O Novo Direito Empresarial, São Paulo: Malheiros Editores, 1.998. SIMÃO FILHO, Adalberto. Nova Empresarialidade. São Paulo. Tese de doutoramento –PUC/SP. 2002. -A Nova empresarialidade. Revista de Direito da UNIFMU- 2004 -A Nova Sociedade Limitada. Manole:São Paulo. 2004 Direito e Intenet. Volumes I e II e III – tomos 1 e 2 Obra Coletiva coordenada em conjunto com Prof. Dr. Newton de Lucca E Cintia Rosa . Quartier Latin:São Paulo. 2015 SIMÃO FILHO, Adalberto et PEREIRA.Sergio Luiz -A empresa ética em ambiente ecoeconomico. Quarier Latin:São Paulo- 2014 SZTAJN, Rachel. Os Custos provocados pelo direito.Artigo de doutrina publicado na pág. 74 da Revista de Direito Mercantil vol. 112. São Paulo: Malheiros , 1998. - A Responsabilidade Social das Companhias. Artigo de doutrina publicado na

Revista de Direito Mercantil, vol 114. São Paulo, Malheiros, 1999. Teoria Jurídica da empresa. Atlas. São Paulo. 2004

bibliografia complementar Alejandro Gemma Minero. La protección jurídica de las bases de datos en el ordenamiento europeo, Madrid: Editorial Tecnos. 2014. Bauman, Zygmunt. Vigilancia Líquida. Diálogos com David Lyon, Rio de Janeiro: Zahar, 2013. BERND SHÄFER, Hans e OTT, Clauss. Manual de análisis económico des derecho civil. Madrid: Editorial Tecnos, 1986, tradução da obra intitulada Lehrbuch des ökonomischen Analyses des Zivilrechts, Berlin: Springer-Verlag GmbH & CO KG, 1986, feita por Macarena Von Carstenn-Lichterfelde. CAPASSO, Arturo. Assetti proprietari e governo d'impresa-Corporate Governance e risorse immateriali. Milão: Cedam. 1996 Capitán, Eva R. Jordà ET Fernández, Verónica de Priego. La protección y seguridad de La persona em internet. Aspectos sociales y jurídicos, Madrid: Editorial Reus. 2014. Castells, Manuel. Fim de milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura, São Paulo: Paz e Terra, Vol 3. 2012. --- A Sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura, São Paulo: Paz e Terra, 6ª Ed. Vol 1, 2010. CIFUENTES, Carlos Llano. Dilemas Éticos de la Empresa Contemporánea. 2ª Reimpressão. México: Fondo de Cultura Económica. 2000. COASE, R.H. The Problem of social cost, Journal Of law and Economics, 3.1-44. 1960. - The Firm, The Market and the Law. Chicago: The University of Chicago Press. 1988 Codina, Mónica ET Olloqui, Isabel. Quién controla AL controlador? Entender La comunicación em La nueva aldea global, Navarra: Ediciones U. de Navarra. 2014. COOTER, Robert e ULEN, Thomas. Derecho y economía. México: Fondo de Cultura Económica 1999. Título original " Law and Economics" Addison-Wesley. 1997. COSTA, Judith, Martins. A Boa Fé no Direito Privado. 1ª ed.-2ª tiragem. São Paulo: RT. 2000. DÍAZ, José Ramón Cossio. Derecho y análisis económico. México: Fondo de Cultura Económica. 1997 DIAS. Jorge de Figueiredo . Internacionalização do direito no novo século. Organizador. Studia Iuridica, 94- Coimbra Editora. Coimbra 2.009 DILTHEY, Wilhelm. Sistema da Ética. São Paulo: Cone Editora, 1994. Doneda, Danilo. Principios da proteção de dados pessoais, p.369 a 384, In Direito e Internet III, org. Adalberto Simão Filho, Newton De Lucca e Cintia R.P. Lima, São Paulo: Quartier Latin, 2015. FARIA, Guiomar T. Estrella. Interpretação econômica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1994. Gentili, Pablo. Globalización Excludente. Vozes. 5ª ed. Petrópolis. 1.999. Fonseca, Fátima- Carlos Carapeto Governação, inovação e tecnologias.. Edições Silabo, Lisboa- 2.009. Fuster, Glória Gonzales. La privacidad em Europa Um debate cada vez más fundamental o cada vez menos? Revista Telos, Pensamiento sobre comunicación, tecnología y sociedad 97, p.64 a 72, Madrid: Fundação Telefonica, feveiro/maio, 2014. Giménez, Alfonso Ortega ET Martínez, José Antonio González. Buenas prácticas para entidades financeiras em material de protección de datos de carácter personal, Madrid: Difusión Jurídica. 2010. HABERLE, Peter. Estado Constitucional Corporativo. Renovar . Rios de Janeiro . 2007 Irti. Natalino. L'ordine giuridico Del mercato. Laterza. 1998. Jiménez, David López ET Dittmar, Eduardo Carlos. Internet móvil y geolocalización: nuevos retos para La privacidad em La era digital, p.519 a 542, in La protección de los datos personales em internet ante La innovación tecnológica, Org. Julián Valero Torrijos, Navarra: Ed. Aranzadi, 2013. Klee, Antonia Espindola Langoni ET Martins, Guilherme Magalhães. A privacidade, a proteção dos dados e dos registros pessoais e a liberdade de expressão: algumas reflexões sobre o marco civil da internet no Brasil. (p.291 a 367), in Direito e Internet III, org. Adalberto Simão Filho, Newton De Lucca e Cintia R.P. Lima, São Paulo: Quartier Latin, 2015. Lima, Cintia Rosa Pereira et Bioni, Bruno Ricardo. A proteção dos dados pessoais na fase de coleta: apontamentos sobre a adjectivação do consentimento implementada pelo art. 7, incisos VIII e IX, do Marco Civil da Internet a partir da Human Computer Interaction e da privacy by default, (p.263 a 287), in Direito e Internet III, org. Adalberto Simão Filho, Newton De Lucca e Cintia R.P. Lima, São Paulo: Quartier Latin, 2015. Lisboa. Roberto Senise. Da confiança como valor fundamental e principio geral do negócio jurídico. São Paulo. 2008. Tese para concurso de titular de cadeira – Direito Civil-USP. Martinez, Ricard. Privacidad, Estados Unidos y España. Tan lejos, tan cerca. In Telos 97. Revista de pensamiento sobre comunicación, tecnología e sociedade, p.48 a 56, Madrid: Fundação Telefonica. Feveiro-mayo-, 2014. Mayer-Schönberger, Victor et Cukier, Kenneth. Big Data- La revolución de los datos masivos, Madrid: Turner Publicaciones, 2013. Mendes, Laura Schertel. A Tutela da privacidade do consumidor na internet: Uma análise à luz do marco civil da internet e do código de defesa do consumidor, p.471 a 501, in Direito e Internet III, org. Adalberto Simão Filho, Newton De Lucca e Cintia R.P. Lima, São Paulo: Quartier Latin, 2015. Mirete. Carmen Maria Garcia. Las bases de datos electrónicas internacionales, Valencia: Tirant lo Blanch. 2014. NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. São Paulo: RT, 2001-3ª ed Oliver-Lanana, A. Daniel et Soro, José Felix Muñoz. El mito del consentimiento y el fracasso del modelo individualista de protección de datos, p.153 a 196, in La protección de los dados personales em internet ante la innovación tecnológica, Org. Julián Valero Torrijos, Navarra: Ed. Aranzadi, 2013. Prieto, Vitor Domingo. De la defensa del derecho fundamental a la privacidad a la vigilancia masiva. In la protección y seguridad de la persona em internet. Aspectos sociales y jurídicos, p.35 a 47, org. Eva R. Jordà Capitán et Verónica de Priego Fernández, Madrid: Editorial Reus, 2014 . PEREIRA Alexandre Dias. INFORMÁTICA, DIREITO DE AUTOR E PROPRIEDADE TECNODIGITAL > Ed. Coimbra ISBN 972-32-1003-7 Feveiro - 2001 - Podesta, Fabio Henrique, Marco Civil da Internet e direitos da personalidade, p.385 a 403, In Direito e Internet III, org. Adalberto Simão Filho, Newton De Lucca e Cintia R.P. Lima, São Paulo: Quartier Latin, 2015. POSNER, Richard A. El análisis económico Del derecho. México: Fondo de Cultura Económica. 1998. Tradução de Economic Analysis of Law publicado por Little, brown and Company, Boston, Toronto e Londres em 1992. Rifkin, Jeremy. La sociedad de coste marginal cero. El internet de las cosas El procomum colaborativo y el eclipse del capitalismo, Barcelona: Paidós, 1ª Ed., 2014. RIPERT, Georges. A Regra Moral Nas Obrigações Cívis, Campinas - São Paulo: Bookseller, 2000. Rodotà, Stefano. A vida na sociedade da vigilância. A privacidade hoje, Rio de Janeiro: Renovar, 2008. ROEMER, Andrés. Introducción al análisis económico del derecho. México: Fondo de Cultura Económica. 1994 Rotondo, Felipe. Acceso a La información pública y protección de datos personales: Conceptos y su aplicación, p.31 a 48, in Direito e novas tecnologias da informação. Org Rafael Santos de Oliveira, Curitiba: Ithala, 2015. Salom, Javier Aparicio. Estudio sobre

La protección de datos, Navarra: Thomson Reuters, 2013. SÁNCHEZ, Jorge Pinzón. El Buen Hombre de Negocios y la Crisis de la Empresa artigo publicado na obra denominada Nuevos Retos del Derecho Comercial, Medellín: Biblioteca Jurídica Dike, 2000. Schmarzo, Bill. Big data, El poder de los datos, Madrid: Anaya, 2013. Simão Filho, Adalberto. Revisitando a nova empresarialidade a partir do marco civil em contexto de internet das coisas, p. 27 a 47, in *Direito e Internet III*, org. Adalberto Simão Filho, Newton De Lucca e Cintia R.P. Lima. São Paulo: Quartier Latin, 2015. Soro, José Félix Muñoz ET Oliver-Lalana, A. Daniel. Derecho y cultura de protección de datos, Um estudio sobre La privacidad em Aragón, Madrid: Dykinson, S.L. 2012. Srour, Robert Henry. Ética Empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Torrijos, Julián Valero. La protección de los datos personales em internet ante La innovación tecnológica. Riesgos, amenazas y respuestas desde La perspectiva jurídica, Navarra: Thomson Reuters, 2013. WILLIAMSON, Oliver E. e WINTER, Sidney G. La naturaleza de la empresa. México: Fondo de cultura Económica, 1996. Título original *The nature of the firm. Origins, Evolution, and Development*. New York: Oxford University, 1991

## FATO JURÍDICO, DIREITO DE AUTOR E DIREITOS CONEXOS NO MEIO ELETRÔNICO

### Ementa:

1. Introdução 1.1. Apresentação da disciplina e seus objetivos. 1.2. Metodologia de ensino e planos de aulas. 1.3 Distribuição dos temas para seminários. 1.4 Orientação sobre a forma participativa nas aulas e sobre os seminários. 1.5 Apresentação da forma de avaliação final da disciplina. PRIMEIRA PARTE 1. Sociedade da informação, direito eletrônico e Internet e as relações de direito privado. Conceito, conteúdo e impacto da sociedade da informação no direito civil brasileiro. A Internet no direito civil brasileiro. 2. Efeitos do direito eletrônico nos direitos da personalidade. A Capacidade jurídica em meio virtual eletrônico. Conceito jurídico de domicílio e residência em meio virtual eletrônico. 3. O direito ao nome e ao pseudônimo em meio virtual eletrônico. A imagem, a privacidade e intimidade em meio virtual eletrônico. 4. Fato jurídico em meio virtual eletrônico. Efeitos jurídicos dos fatos naturais surgidos em meio eletrônico. Efeitos e tratamento jurídico dos atos e negócios jurídicos manifestados por meio eletrônico. A representação e os atos e negócios jurídicos celebrados com máquinas eletrônicas e sites. SEGUNDA PARTE 5. Validade do ato e do negócio jurídico celebrado na forma virtual eletrônica. Tratamento jurídico do documento eletrônico. Tratamento Jurídico do ato e do negócio jurídico no Brasil. 6. Instrumentalização dos atos e negócios jurídicos em meio eletrônico e os registros públicos. Instrumentação digital de negócio jurídico cuja validade requer a pública forma. Cartórios digitais e a escritura pública digital. 7. Ato ilícito e responsabilidade civil por danos causados em ambiente eletrônico. Ato ilícito em meio virtual eletrônico. 8. Tratamento jurídico da responsabilidade civil contratual e extracontratual decorrente do ato ou negócio jurídico em meio eletrônico. Quantificação dos danos materiais e morais decorrentes de dano produzido em meio eletrônico. 9. Meios de pagamento e quitação por meio eletrônico. Os meios de pagamento eletrônico. Validade e prova da quitação por meio eletrônico. 10. Contrato eletrônico. Conceito e validade. Instrumentação do contrato eletrônico. Contratos informáticos. 11.. Contratos bancários em meio eletrônico. Validade dos contratos bancários eletrônicos. 12. Riscos e responsabilidade civil decorrente do contrato bancário eletrônico. 13.. Apresentação escrita de artigo científico.

**Bibliografia:** ARANHA, José Alberto Sampaio. Interfaces: a chave para compreender as pessoas e suas relações em um ambiente de inovação. São Paulo: Saraiva, 2009. BLUM, Renato Opice. Manual de Direito Eletrônico e Internet. São Paulo: Lex Editora, 2006. DE MASI, Domenico (organizador). A sociedade pós-industrial. São Paulo: Senac, 1999. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34, 1993. PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. LÉVY, Pierre. A inteligência Coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1999. LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed.34, 2000. LIMBERGER, Têmis. Et al. Estado, Cidadania e novas tecnologias: o comércio eletrônico e as alterações do Código de Defesa do Consumidor. Revista de Direito do Consumidor. vol. 85. p.61. São Paulo: Ed RT, jan. – fev. 2013. RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet. 2.ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2011, BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRAHÃO, João. O valor probatório das reproduções mecânicas. Revista de Processo, n. 20. AULOY, Jean Calais; STEINMERTZ, Frank. Droit de la consommation. 4. ed. Paris: Dalloz, 1996. AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral dos contratos típicos e atípicos. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. BESSONE, Darcy. Do contrato: teoria geral. 4. ed. São Paulo: Saraiva 1997. BORRUSO, Renato. La legge, il giudice, il computer. Milano: Giuffrè Editore, 1997. CARBONIER, Jean. Droit civil, t. 4 Les obligations. 21. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. CERINA, Paolo. Il problema della legge applicabile e della giurisdizione. In: I problemi giuridici di internet. Milano: Giuffrè, S.p.A., 1999. COELHO, Fábio Ulhoa. O contrato eletrônico: conceito e prova. São Paulo: Jornal Tribuna do Direito, fevereiro de 2000. CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. Da boa-fé no direito civil. Coimbra: Livraria Almedina, 1997. DAVARA RODRIGUEZ, M. A. Manual de derecho informático. Pamplona: Aranzadi, 1997. DINIZ, Davi Monteiro. Documentos eletrônicos e assinaturas digitais. São Paulo, LTR, 1999. FÉRAL-SCHUHL, Christiane. Cyber droit. Paris: Dalloz, 2000. FROMKIN, A. Michael. The essential role of trusted third parties in electronic commerce, <http://www.law.miami.edu/~froomkin/articles/trusted1.htm#xtocid72310>, visitado em 15 de dezembro de 2000. GARCÍA, Ernesto Rengifo. Comercio electrónico, documento electrónico y seguridad jurídica: nuevos retos del derecho comercial. Medellín: Biblioteca Jurídica Diké, 2000. GHESTIN, Jacques. Traité de droit civil: la formation du contrat. 3. ed. Paris: LGDJ, 1993. GLANZ, Semy. Internet e contrato eletrônico. São Paulo: RT 757/70. GUINCHARD, Serge. Harichaux Michèle e Toudonnet, Renaud. Internet pour de droit. Paris: Montchrestien, E.J.A., 1999. IPPOLITO, Carlo Sarzana di S.; Ippolito, Fulvio Sarzana di Ippolito. Profili giuridici del commercio via

internet. Milano: Giuffrè, S.p. A., Milano, 1999. JAVIER, Ribas Alejandro. Aspectos jurídicos del comercio electrónico en internet. Pamplona: Editorial Aranzi, AS, 1999. LEIRIA Luis Portela Cristina et al. Enciclopédia da rede. São Paulo: Ediuoro, 1998. LORENZETTI, Ricardo Luis. Fundamentos do direito privado. Trad. de Vera Maria Jacob de Fradera. São Paulo: RT, 1998. LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto, LIMA, Cintia Rosa Pereira de (Coords.). Direito & internet III– Marco Civil da Internet. Tomo I e II. São Paulo. Quartet Latin, 2015.. LUCCA, Newton de. Títulos e contratos eletrônicos: o advento da informática e seu impacto no mundo jurídico. In: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coords.). Direito & internet – aspectos jurídicos relevantes. Bauru: EDIPRO, p. 21-98, 2008. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Direito e informática: uma abordagem jurídica sobre a criptografia. Rio de Janeiro: Forense, 2002. PEREIRA, Alexandre Libório Dias. Comércio eletrônico na sociedade de informação: da segurança técnica à confiança jurídica. Coimbra: Livraria Almedina, 2005.. PICOLLI, Paolo; Zanolini, Giovanna. Il documento elettronico e la ‘firma digitale’. In: I problemi giuridici di internet. Milano: Giuffrè, 1999. QUEIROZ, Regis Magalhães Soares de. Assinatura digital e o tabelião virtual. In: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coords.). Direito & internet – aspectos jurídicos relevantes. Bauru: EDIPRO, p. 371-415, 2008. REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. Responsabilidade por publicações na Internet. Rio de Janeiro: Forense, 2005. ROCHA, Manoel Lopes; MACEDO, Mário. Direito no ciberespaço. Lisboa: Edições Cosmos, 1996. RODRIGUES, M. A. Dávora. Manual de derecho informático. Pamplona: Aranzadi, 1997. SCHMITT, Marco Antonio. Contratações à distância. A diretiva 97/7 da Comunidade Européia e o Código brasileiro de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista de Direito do Consumidor 25/79. SCHOUERI, Luís Eduardo (Coord.). Internet. O direito na era virtual, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. SILVA JUNIOR, Ronaldo Lemos da e WAISBERG, Ivo (Coords.). Comércio Eletrônico. RT, 2001. TOSI, Emilio. La conclusione di contratti ‘on line’. In: I problemi giuridici di internet. Milano: Giuffrè, S.p.A., 1999. TUCCI, José Rogério Cruz e. Eficácia probatória dos contratos celebrados pela Internet. In: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coords.). Direito & internet – aspectos jurídicos relevantes. Bauru: EDIPRO, p. 273-281, 2008. \_\_\_\_\_. Aspectos jurídicos da contratação informática e telemática. São Paulo: Saraiva, 2003. VARELA, João de Matos Antunes. Das obrigações em geral. Coimbra: Livraria Almedina, 1998, v. I. VIRILIO, Paul. A bomba informática. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1999. YARSHELL, Flávio Luiz; MATEUCCI, Carlos Roberto F.; CAMARGO PINTO, Luis Otávio. Eficácia probatória do documento eletrônico. São Paulo: Repertório IOB de Jurisprudência, 1ª quinzena de novembro de 1999, n. 21/99, Caderno 3.

## INFORMÁTICA JURÍDICA E TUTELA DO SOFTWARE

### Ementa:

1. Aspectos constitucionais dos direitos sobre programação. A privacidade e as liberdades fundamentais nos direitos sobre programação: considerações gerais ligadas à tutela de softwares. O paradoxo da sociedade da informação. 2. Princípios e Direito das novas tecnologias. A propriedade intelectual, o pluralismo jurídico e a informação transnacional. 3. Políticas públicas relacionadas à informática. O Livro Verde. Sociedade da Informação no Brasil. 4. O reconhecimento da Internet pelo meio jurídico. Regulamentação e auto-regulamentação. Novas diretivas nacionais e internacionais. 5. Diálogo das fontes específicas. Sistema protetivo decorrente da lei especial. Sistema advindo da relação de consumo. 6. Troca de informação. Espionagem. Espionagem eletrônica. Acordos internacionais de inteligência. 7. Sistemas protetivos do código fonte. Contrato de escrow e sua função econômica. Depósito de código fonte. Tribunais competentes e legislação aplicável. 8 A proteção normativa do software no Brasil e os direitos do autor. Proteção jurídica do Chip. O SCPA (Semiconductor Chip Protection Act). Resultados negociados. Questões institucionais. Lei do software. Lei n.9.609/1998. Software livre e sua regulamentação. 9. Sistema repressivo da contrafação e da fraude informática. Pirataria e gestão empresarial. Proteção jurídica internacional. 10. Softwares e logística no comércio eletrônico. Comercialização do software. Transferência de tecnologia. Contrato de licença de uso. 11. Responsabilidade civil e penal do programador de software. Aplicação do princípio da responsabilidade social por dano informático. Tipificação da conduta penal. 12. Registro e tratamento tributário do software. Exploração econômica do software (ICMS/ISS). Importação de software- (IPI). 13. Tendências futuras acerca dos direitos na sociedade da informação e sua função econômica. Sistemas inteligentes. Assinatura eletrônica, assinatura digital. Criptografia e certificação digital. Certificação internacional.

**Bibliografia:** AMORE, Stefano. I crimini informatici. Macerata: Halley, 2006. ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito autoral. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITO DE INFORMÁTICA (ABDI). Seminário internacional. São Paulo, 1991. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SOFTWARE (ABES). Publicações. São Paulo, 1994-1995. AZPICULETA, Hermilio Tomás. Derecho informatico. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1987. BALDUINI, Giancarlo. Associazione Nazionale Aziende Servizi Informatica. (Anasin). Genius, Milano: Zeno-Zenovich, giul. 1985. BASTOS, Celso Ribeiro. Comentários à Constituição. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1994. BASSOLI, Elena. Come difendersi dalla violazione dei dati su Internet. Santarcangelo di Romagna: Maggioli, 2012. BAPTISTA, Luiz Olavo. A proteção dos programas de computador. Seminário sobre aspectos jurídicos do software. Brasília: SEI, 1981. BEVILÁQUA, Clóvis. Teoria geral do direito civil. São Paulo, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955. BING, John. Information law? [S.l.]: [s.n.], 1981. BITTAR, Carlos Alberto. Direito de autor na obra sob encomenda. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977. &#8195;&#8195;&#8195;. Contratos comerciais. São Paulo: Forense Universitária, 2005. BLUM, Renato Opice (Coord.). Direito eletrônico. São Paulo: Edipro, 2001 BORRUSO, Renato. Computer e diritto II. Milano: Milano, 1989. &#8195;&#8195;&#8195;. Civiltà del computer. Milano: Ipsosa, 1978. BUCKERT Herbet. In: BIND, J.



Information law? [S.l.]: [s.n.], 1981. CALAIS-AULOY, Jean. Droit de la consommation. Paris: Précis Dalloz, 1992. CHAMOIX, F. La preuve dans la vie des affaires (1980). In: AZPILCUETA, Hermilio Tomás. Derecho informático. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1980. CHIANTIA, Antonietta. Temi di diritto dell'informatica. Milano: Giuffrè, 2010. COMPANY formation in Brazil. São Paulo: Pinheiro Neto Advogados, 1994. COMPUTADOR. Veja. São Paulo: Abril, nº 48, dez. 1995. Edição especial. D'ARGENIO, Matteo. Internet i Diritto. Milano: FAG, 2002. DE LUCCA, Newton. Direito e Internet. São Paulo: Edipro, 2000. DOUGALL, Mac. Computer programming for spatial problems. Londres: Edward Arnold, 1976. FRANCESCHELLI, V. Computer, diritto e protezione giuridica del software. [s.l.]: Revista Diritto Civile. 1986. 2. v. FROSINI, Vittorio. Diritto dell'informatica negli anni ottanta. Milano: Milano, 1984. &#8195;&#8195;&#8195;. Informatica, diritto e società. Milano: Milano, 1988. &#8195;&#8195;&#8195;. L'uomo artificiale. Milano: Milano, 1986. GAYBRICH, Robert I. Are patents now obtainable?. Intellectual Property Law Review, 1979. GALGANO Giorgio. Contratto e Impresa II. Milano: Milano, 1989. GATES, Bill. A estrada do futuro. Veja. São Paulo: Abril, nº 47, p. 6, 22 nov. 1995. GEMIGNANI Franco. Law and the computer. Boston: CBI, 1981. GAMBINO, A. M., STAZI, A. Diritto dell'informatica e della comunicazione. Torino: Giappichelli, 2009. Greco, Marco Aurélio. Internet e Direito. 2.ed.,São Paulo: Dialética, 2000. GRINNOVER, Ada Pellegrini et al. Código de Defesa do Consumidor comentado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. INTELLECTUAL property and information technology. Londres: Euromoney Publication, 1993. LEITE de GODOY, Adelice. Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico. Disponível em: site CEDET (www.cedet.com.br). LETSON, Lawrence R. Computers programs protection in the British Commonwealth Countries. [S.l.]: Idea. 1979. 15 v., v. 2. LOIODICE, Aldo. Diritto dell'informazione. In: Enc. dir. XXI. Milano: [s.n.], 1970. LOSANO, Mario Giuseppe. Lições de informática jurídica. São Paulo: Saraiva, 1976. MALDONADO. Reale e virtuale. Turim: Feltrinelli, 1992. MARQUES, Cláudia Lima. Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. MARTINS, Custódio, RODRIGUES, Milton. Programando em Turbo Pascal. 3. ed. [S.l.]: [s.n.], 1991. MENDES, Manuel Oehen. Tutela jurídica das topografias de circuitos integrados. In: Direito da sociedade da informação. Coimbra: Coimbra Ed., 1999. v. 1. MORGADO, Laerte Ferreira. O cenário internacional de proteção de dados pessoais necessitamos de um Código Brasileiro? In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 65, 1º-6-2009 Internet. Disponível em: <http:// www.ambito\_juridico.com.br>. Acesso em: 22-2-2012. NERY JR., Nelson. Direito do consumidor. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. NUNES, Sebastião Lamotte. O profissional da informática. Porto Alegre: Sagra D.C. Luzzatto, 1993. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL OMPI. Posible protocolo al convenio de Berna. Ginebra, 1993. PEREIRA DOS SANTOS, Manoel J.; JABUR, Wilso Pinheiro (Coord.). Contratos de propriedade industrial e novas tecnologias. São Paulo: Saraiva, 2007. PAESANI, Liliana Minardi. Direito e internet( 7º. Ed). São Paulo: Atlas, 2014. -----, O Direito na Sociedade da Informação III. São Paulo: Atlas,2013. PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito digital. São Paulo: Saraiva, 2011. ----- BISSOLI, Leandro. Eleições digitais (audiolivro). São Paulo: Saraiva,2010. ROPPO, Giulio. I contratti per la fornitura di servizi telematici. Milano: Zeno-Zenovich, 1987. SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual. São Paulo: Manole, 2011. THE COMPUTER LAW. Bulletin, 1995. THE INTERNATIONAL computer lawyer. Los Angeles: Aspen Law & Business, 1995. v. 3, nº 2. TOSI, Emilio. I contratti di informatica. Milano: Pirola, 1993. TRAVERSI. Il diritto dell'informatica. Milano: Ipsoa, 1985. UNCTAD-ICTSD. Resource book on TRIPS and development. Cambridge University Press, 2005. VEJA. Computador. São Paulo: Abril, nº 48, dez. 1995. Edição especial. VIEGAS, Juliana L.B. Contratos de fornecimento de tecnologia e de prestação de serviços de assistência técnica e serviços técnicos. In: SANTOS, Manoel J. Pereira; JABUR, Wilson Pinheiro (coord.). Contratos de Propriedade Industrial e Novas Tecnologias. São Paulo, Saraiva, 2007. ZACCARIA, Roberto, VALASTRO, Alessandra. Diritto dell'informazione e della comunicazione. Padova: Cedam, 2010. ZICCARDI, Giovanni. Informatica Giurídica. Milano: Giuffrè Editore,2011

## PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONSUMIDOR NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

### Ementa:

1. A proteção do consumidor na sociedade pré-industrial, na sociedade industrial e na sociedade pós-industrial (da informação). O consumidor e sua proteção na sociedade pré-industrial: o direito dos povos primitivos, o direito romano e o direito medieval. O consumidor e sua proteção no direito moderno. A revolução industrial e seu impacto nas relações negociais. A descodificação e a globalização. O advento dos blocos econômicos e a tutela transnacional do consumidor. A sociedade internacional e o consumo. 2. A defesa do consumidor e o solidarismo internacional. A proteção do consumidor como direito e garantia fundamental constitucional: individual, coletiva e difusa. Os direitos fundamentais e sua garantia: do individualismo aos direitos de quarta geração. A proteção do consumidor como cláusula pétrea constitucional. Os direitos do consumidor como princípio geral da ordem econômica. 3. A livre iniciativa e os direitos do consumidor como princípios gerais da ordem econômica. O princípio da livre concorrência e sua limitação pelos direitos do consumidor. A regulação de mercado. Agências reguladoras e seu impacto sobre as atividades empresariais. 4. A boa-fé objetiva como princípio fundamental do direito contratual pós-moderno. Da boa-fé subjetiva à boa-fé objetiva. A teoria da confiança. A revalorização da conduta esperada. A expectativa frustrada e suas conseqüências. Deveres anexos ou correlatos de contratação. 5. O direito à informação como direito fundamental e como direito pré-contratual, contratual e pós-contratual. O direito à informação como direito fundamental. O acesso à informação e seus limites. O dever ao sigilo. A inadequação da informação e a responsabilidade pré-contratual. A inadequação da informação e a responsabilidade contratual (in contrahendo). A inadequação da informação e a responsabilidade pós-contratual (post factum finitum). 6. Direito pré-contratual do consumidor e as práticas abusivas.

Prática abusiva e cláusula abusiva. Distinção e efeitos sobre a relação de consumo por natureza ou por equiparação. Oferta e Publicidade. Responsabilidade pré-contratual por danos individuais e transindividuais do consumidor. Práticas abusivas na contratação e durante a execução do contrato. 7. Direito pré-contratual do consumidor e os meios eletrônicos de negociação. Relações negociais e direito informático. O e-commerce. Segurança contratual eletrônica. Responsabilidade civil por danos pré-contratuais nos meios eletrônicos de negociação. 8. Direito contratual do consumidor e as cláusulas abusivas. Cláusula abusiva, nulidade absoluta e o princípio da conservação do negócio jurídico. O poder revisional do juiz diante da cláusula abusiva. A tutela coletiva e difusa em face da cláusula abusiva em contratos padronizados. Repercussões da cláusula abusiva no e-commerce. 9. Equilíbrio da relação de fornecimento de produtos e serviços. Revisão judicial dos contratos. A igualdade formal e real. A busca da justiça retributiva. O contrato justo e a comutatividade desejada. Revisão judicial do contrato como exceção ao princípio da intangibilidade e da inalterabilidade. Cláusula rebus, teoria da imprevisão e onerosidade excessiva. Repercussões sobre as relações privadas e de consumo. 10. Direito contratual do consumidor e as práticas abusivas. Descumprimento da oferta pela via eletrônica. Princípio da vinculatividade da oferta. Da responsabilidade pré-contratual à responsabilidade contratual, nos contratos individuais, coletivos e difusos. Antecipação processual da tutela, ação cominatória e medidas preventivas e repressivas contra a conduta atentatória à boa-fé contratual. 11. Direito pós-contratual do consumidor. O termo de garantia legal e contratual. Assistência técnica e consultoria por serviços prestados. Frustração das expectativas legítimas e apuração da responsabilidade pós-contratual. 12. A violação da privacidade do consumidor por meios eletrônicos. Violação de e-mails. O uso de spams e cavalos de tróia. Os direitos da personalidade do consumidor e sua proteção nas relações do e-commerce. Sistemas de informação e sistemas de segurança informacional. A proteção dos dados sensíveis e não sensíveis do consumidor. 13. Cobrança vexatória ou abusiva de dívidas. A violação da honra e da dignidade do consumidor. Os limites de atuação do fornecedor na cobrança de dívidas. O super-endividamento e suas conseqüências. 14. A defesa do consumidor por negociação em portal ou site falso, violado ou adulterado. A proteção do consumidor e a boa-fé objetiva. Socialização dos riscos no e-commerce?

**Bibliografia:** GRINOVER, Ada Pellegrini. Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto. São Paulo: Forense Universitária. 2011 SENISE LISBOA, Roberto. Responsabilidade civil nas relações de consumo. 3a edição. São Paulo : Saraiva, 2012. MARQUES, Cláudia Lima. Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor. São Paulo : RT, 2004. OLIVEIRA, Elsa Dias. A protecção dos consumidores nos contratos celebrados através da Internet. Coimbra: Almedina, 2002. RIZZATTO NUNES, Luiz Antonio. Curso de Direito do Consumidor. 10. Ed. São Paulo : Saraiva, 2015 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA, Carlos Ferreira de. Os direitos dos consumidores. Coimbra : Almedina, 1982. ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor. 7. Ed. São Paulo : Saraiva, 2009. ALPA, Guido. Diritto privato dei consumi. Bolonha : Il Mulino, 1986. BOURGOIGNIE, Thierry. Éléments pour une théorie du droit de la consommation. Bruxelas : Story Scientia, 1988. CALAIS-AULOY, Jean. Droit de la consommation. 2. ed. Paris : Dalloz, 1986. CAS, Gérard e FERRIER, Didier. Traité de droit de la consommation. Paris : Presses Universitaires de France, 1986. DE LUCCA, Newton, e SIMÃO FILHO, Adalberto. Direito & internet – aspectos jurídicos relevantes. 2a edição. São Paulo : Quartier Latin, 2008. DE LUCCA, Newton. Direito do consumidor – Aspectos práticos. 2. ed. São Paulo : Edipro, 2003. GHESTIN, Jacques. La directive communautaire et son introduction en droit français. Sécurité des consommateurs et responsabilité du fait des produits défectueux. Paris : LGDJ, 1987 LISBOA, Roberto Senise. Contratos difusos e coletivos – Consumidor, meio ambiente, trabalho, agrário, locação, autor. 4. ed. São Paulo : RT, 2012. LOBO, Paulo Luiz Netto. Responsabilidade pelo vício do produto ou do serviço. Belo Horizonte : Del Rey, 1996. LOPES, José Reynaldo de Lima. Responsabilidade civil do fabricante e a defesa do consumidor. São Paulo : RT, 1992. LORENZETTI, Ricardo Luis. Fundamentos do direito privado. São Paulo : RT, 1998. LUCAN, Maria Angeles Parra. Daños por productos y protección del consumidor. Barcelona : Bosch, 1990. MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. 5ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo : RT, 2006. MENEZES, Carlos Alberto. A proteção do consumidor na sociedade da informação. Revista Forense. Abr/Jun 1999. v 346 p. 21-29. MENEZES, Carlos Alberto. A proteção do consumidor na sociedade da informação: atualidades e perspectivas. Revista do Superior Tribunal de Justiça. Edição Comemorativa. 1999. v. 6 p. 403-415. ROCHA, Silvio Luis Ferreira da. Responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do produto no direito brasileiro. São Paulo : RT, 1992. SILVA, João Calvão da. Responsabilidade civil do produtor. Coimbra : Almedina, 1990. SILVA, Luis Renato Ferreira da. Revisão judicial dos contratos – Do Código Civil ao Código do Consumidor. Rio de Janeiro : Forense, 1999. STIGLITZ, Gabriel A. Protección jurídica del consumidor. Buenos Aires : Depalma, 1986. STIGLITZ, Rubén; e STIGLITZ, Gabriel A. Contratos por adhesión, cláusulas abusivas y protección al consumidor. Buenos Aires : Depalma, 1985.

## **SEMINÁRIO PERMANENTE 1: OS DIREITOS SUBJETIVOS NA SOCIEDADE**

### **Ementa:**

Seminário Permanente 1: Os Direitos Subjetivos na Sociedade da Informação A disciplina tem por objetivo viabilizar a interação do corpo discente do Mestrado com Professores Doutores convidados, Colaboradores que não farão parte do Núcleo Permanente, mas cooperarão com o Corpo Docente do Programa de Mestrado em Direito da Sociedade da Informação do UniFMU em outros níveis de dedicação, compondo bancas, co-orientando e dando aulas. Esses professores devem ministrar, no Mestrado, seminários temáticos diretamente vinculados à Linha de Pesquisa Teoria da Relação Jurídica na Sociedade da Informação, os quais buscam complementar e atualizar a Grade Curricular do Curso, observando a mesma estrutura das demais disciplinas quanto a carga horária, tarefas e vinculação discentes.

Os seminários terão uma preocupação teórica definida, no sentido de refletir mais profundamente sobre a evolução da perspectiva ocidental a respeito dos direitos subjetivos, desde as primeiras concepções jusnaturalistas de prevalência do direito objetivo ou subjetivo, as teorias da vontade, a jurisprudência dos interesses, os ecletismos, o monismo normativista, até as atuais pretensões de universalização dos padrões éticos na sociedade, globalizada, mas excludente, da informação contemporânea. Para a perspectiva teórica específica, vide texto sobre a descrição e eixo temático dessa linha de pesquisa. Estrutura do Seminário: Será realizada a cada semestre letivo, dentro do organograma administrativo, uma série de encontros com professores doutores externos ao Programa, conectados com as duas linhas de pesquisa e a área única de concentração, sob a coordenação de um professor permanente do Mestrado. Cada seminário terá 45 (quarenta e cinco) horas de encontros, equivalentes a três créditos da Linha de Pesquisa Teoria da Relação Jurídica na Sociedade da Informação, e será ministrado por um mínimo de um e um máximo de cinco professores colaboradores. Cada aluno só poderá cursar um único desses seminários como parte de suas disciplinas de linha de pesquisa, optando pelos temas mais estreitamente conexos a seu projeto de dissertação, escolhidos de comum acordo com seu professor orientador. A sistemática de avaliação será a mesma de qualquer outra disciplina do Curso de Mestrado, nos termos regulares do Regimento do Programa. Ressalte-se que a bibliografia será oferecida previamente por cada professor, juntamente com a ementa e o programa do seminário a ser oferecido dentro da carga horária prevista.

**EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

**Ementa:**

1. Introdução 1.1. Apresentação da disciplina e seus objetivos. 1.2. Metodologia de ensino e planos de aulas. 1.3 Distribuição dos temas para seminários. 1.4 Orientação sobre a forma participativa nas aulas e sobre os seminários. 1.5 Apresentação da forma de avaliação final da disciplina. 1. Evolução e tendências modernas do Direito Processual. Aspectos históricos. Vertentes do processo civil moderno. Tendências modernas do direito processual: acesso à justiça, instrumentalidade e efetividade. 2. Efetiva tutela jurisdicional na perspectiva dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais e direito processual. Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva. Noção de efetividade. Finalidade do processo civil. Princípios informativos do processo. Técnica processual e efetividade. Reformas processuais e efetividade. O Código de Processo Civil de 2015 e a efetividade. 3. Processo, equilíbrio e proporcionalidade. Balanço entre justiça, acesso, estabilidade e celeridade. Equilíbrio entre partes e entre tipos sociais. Equilíbrio na proteção de direitos. Proporcionalidade entre os meios de tutela. 4. Jurisdição e Internet. Territorialidade da jurisdição e a sociedade da informação. Competência e fatos praticados pela Internet. O Marco Civil da Internet e a obtenção de informações de acesso e conexão. 5. Decisão e execução. Tipos de tutela jurisdicional. Tutela jurisdicional e tutela jurissatisfativa. Tutelas jurisdicionais diferenciadas. Adequação e proporcionalidade da tutela jurisdicional. Tutela jurisdicional na sociedade da informação. 6. Tutelas antecipatórias e efetividade. O fim do processo cautelar autônomo no Novo Código de Processo Civil. Tutela jurisdicional segundo o momento de sua concessão. Graus de convencimento, graus de urgência e antecipação de tutela. Tutela de urgência e tutela da evidência. 7. Formalismo e processo. Instrumentalidade das formas. Simplificação das formas. Preferibilidade do julgamento de mérito e efetividade do processo. Registro dos atos processuais. Audiência. A instrumentalidade e a simplificação das formas no Código de Processo Civil de 2015. 8. Tecnologia, direito e processo. Efetividade do processo e informatização processual. Técnica processual, técnica informática e efetividade. A implantação da informatização e seus passos lógicos. Objetivos da informatização. 9. Garantias processuais e informatização. Relação entre princípios processuais e informatização. Razoável duração do processo, informatização e efetividade. Ordem cronológica como critério de preferência e como efetivação da transparência. 10. Informatização e efetividade no Código de Processo Civil de 2015. Prática de atos processuais eletrônicos. Documentos eletrônicos. Internet e informações processuais. 11. Procedimento informatizado. Simplificação do procedimento. Uniformidade de procedimento. Opções de desenvolvimento variáveis no procedimento informatizado padrão. Atos de comunicação. Tempo dos atos processuais. 12. Pronunciamentos jurisdicionais e efetividade na sociedade informacional. Meios de impugnação. Informatização e o sistema recursal. Soluções para a jurisdição de massa na sociedade informacional. 13. Execução e efetividade. Tipos de tutela executiva. Aspectos procedimentais. Meios indiretos de execução. 14. Execução e informatização. Tecnologia aplicada à execução. Penhora online. Responsabilidade patrimonial e fraude de execução. Alienação judicial por meio eletrônico. Efetividade das medidas executivas e informatização. 15. Apresentação escrita de artigo científico.

**Bibliografia:** BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do Processo e Técnica Processual. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010. BENUCCI, Renato Luís. A Tecnologia Aplicada ao Processo Judicial. Campinas: Millennium, 2007. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988. DINAMARCO, Cândido Rangel. A Instrumentalidade do Processo. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Processo e tecnologia: garantias processuais, efetividade e a informatização processual. São Paulo: Kindle Edition (e-book), 2013. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Estudo sobre a efetividade do processo civil. São Paulo: Kindle Edition (e-book), 2010. MOREIRA, José Carlos Barbosa. Efetividade do processo e técnica processual. Temas de Direito Processual - sexta série. São Paulo: Saraiva, 1997. pp. 17-29. OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Do formalismo no processo civil. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. SILVA, Otávio Pinto e. Processo Eletrônico Trabalhista. São Paulo: LTr, 2013. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABDO, Helena Najjar. Mídia e Processo. São Paulo: Saraiva, 2011. AMERICANO, Jorge. Comentários ao Código de Processo Civil do Brasil, São Paulo, Ed. Saraiva, 1958. ANDRADE, Ronaldo Alves de. O direito à privacidade e à intimidade no processo eletrônico. In: PAESANI, Liliana Minardi (coord.). O Direito na Sociedade da Informação II. São Paulo: Ed. Atlas, 2009, pp. 151-165. ASCENSÃO, José de Oliveira. Estudos sobre Direito da Internet e da Sociedade da Informação. Coimbra: Almedina, 2001. ATHENIENSE, Alexandre. Comentários à Lei nº 11.419/06 e as Práticas Processuais por Meio Eletrônico nos Tribunais Brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010. ATHENIENSE, Alexandre. A governança em tecnologia da informação como solução para mitigar as vulnerabilidades das práticas processuais por meio eletrônico. In: COELHO, Marcus Vinicius Furtado; ALLEMAND, Luiz Cláudio (coord.). Processo Judicial Eletrônico. Brasília: OAB – Conselho Federal, Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação, 2014, pp. 29-59 BARROS, Marco Antonio de. Teleaudiência, interrogatório on line, videoconferência e o princípio da liberdade da prova. Revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas. São Paulo, Ano XVII, n. 25, p. 197-209, 2003. BERTASSO, Marcelo. Audiências filmadas. Disponível em: <<http://mpbertasso.wordpress.com/2008/08/27/audiencias-filmadas/>>. BRANDAO, Edison. A informática e o Judiciário: o uso da informática na justiça estadual; interrogatório a distância na vara criminal. Em: Revista Centro de Estudos Judiciários. Jan./Abr./2001. v.13 p.130-134. Administração da

justiça. BUSNELLO, César; MATTIONI, Daniel. A penhora virtual de valores e o prognóstico de sua (in)eficácia enquanto instrumento de racionalização da tutela jurisdicional executiva. *Revista de Processo*. São Paulo: RT, nº 164, pp. 170-184, Out/2008. CHIARLONI, Sergio. *Formalismo e garanzie - Studi sul Processo Civile*, Torino, G. Giappichelli Editore, 1995. CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. Tradução: J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1969. CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. *Processo Judicial Eletrônico*. Curitiba: Juruá, 2009. CONTINI, Francesco; CORDELLA, Antonio. Italian Justice System and ICT: Matches and Mismatches Between Technology and Organization. In: MARTINEZ, Agustí Cerrillo i; ABAT, Pere Fabra i (org.). *E-Justice – Using Information Communication Technologies in the Court System*. Hershey: Information Science Reference, 2009. pp. 117-134. CORREIA, André de Luizi. Em defesa da penhora on line. *Revista de Processo*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, nº 125, pp. 92-152, Jul/2005. CORTÉS, Pablo. *Online Dispute Resolution for Consumers in the European Union*. New York: Routledge, 2011. COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del Derecho Procesal Civil*. 3ª ed, 17ª reimpr. Buenos Aires: Depalma, 1993. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Efetividade do Processo e os Poderes do Juiz. Fundamentos do Direito Processual moderno*. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001. v. 1, pp. 591-609. DINAMARCO, Pedro da Silva. O Sigilo de Informações e a Limitação à Publicidade dos Atos Processuais. In: MARINONI, Luiz Guilherme (coord.). *Estudos de Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2005. pp. 184-191. FABRI, Marco. Information and communication technology for justice: the Italian experience. In: OSKAMP, Anja; LODDER, Arno; APISTOLA, Martin (org.). *IT Support of the Judiciary*. The Hague: Asser Press, 2004. pp. 111-133. FABRI, Marco. The Italian Style of E-Justice in a Comparative Perspective. In: MARTINEZ, Agustí Cerrillo i; ABAT, Pere Fabra i (org.). *E-Justice – Using Information Communication Technologies in the Court System*. Hershey: Information Science Reference, 2009. pp. 1-19. FREIRE, Rodrigo Cunha Lima. Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na sociedade informacional. In: PAESANI, Liliana Minardi (coord.). *O Direito na Sociedade da Informação*. São Paulo: Ed. Atlas, 2007, pp. 301-316. FREIRE, Rodrigo Cunha Lima. Jurisdição efetiva na Sociedade da Informação. In: PAESANI, Liliana Minardi (coord.). *O Direito na Sociedade da Informação II*. São Paulo: Ed. Atlas, 2009, pp. 195-202. GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Flexibilização Procedimental. São Paulo: Atlas, 2008. GILLES, Peter. Electronic civil procedure (some remarks to general aspects in concern of civil court proceedings, teletechnology and e-procedural law. *Revista de Processo*. São Paulo: RT, nº 158, pp. 189-214, Abr/2008. GRECO, Leonardo. O Processo Eletrônico. In: GRECO, Marco Aurélio; MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). *Direito e Internet*. São Paulo: RT, 2001. pp. 77-94. HOFFMAN, Paulo. Razoável Duração do Processo. São Paulo: Quartier Latin, 2006. JAEGER-FINE, Toni. Technology and the Supreme Court of The United States. In: LIMA, Cíntia Rosa Pereira de; NUNES, Lydia Neves Bastos Telles. *Estudos Avançados de Direito Digital*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. LANTYER, Ângela Moisés Faria. O Peticionamento Eletrônico à Luz da Lei nº 11.419/2006. *Revista de Direito das Novas Tecnologias*, São Paulo: IOB/IBDI, nº 3, pp. 49-71, Jan-Jun/2007. LEONARDI, Marcel; SANCHEZ, Guilherme Cardoso. Da Prática Eletrônica dos Atos Processuais (arts. 193 a 199). In: TUCCI, José Rogério Cruz et al. (coord.). *Código de Processo Civil Anotado*. São Paulo, Curitiba: Associação dos Advogados de São Paulo, OAB-PR, 2015. LUCCA, Newton de. A proteção dos consumidores no âmbito da Internet. In: LIMA, Cíntia Rosa Pereira de; NUNES, Lydia Neves Bastos Telles. *Estudos Avançados de Direito Digital*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, pp. 91-103. MACIEL, Rafael Fernandes. A requisição judicial de registros de conexão e aplicações no Marco Civil. In: LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. *Direito e Internet III – Marco Civil da Internet*. São Paulo: Quartier Latin, 2015, pp. 475-495. MALLET, Estêvão. Anotações sobre o bloqueio eletrônico de valores no Processo do Trabalho (Penhora On-Line). *Revista do TST*, v. 70, pp. 31-41, Jan-Jul/2004. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Apelações, agravos e a informatização do processo. *FMU Direito - Revista eletrônica*, v. 26, p. 43-55, 2012. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Citações e intimações por meio eletrônico no Novo CPC. *Revista do Advogado*, v. 1, p. 9-15, 2015. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *Direito e Tecnologia*. São Paulo: Estúdio Editores, 2014. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *Processo Judicial Eletrônico, Acesso à Justiça e Efetividade do Processo*. In: COELHO, Marcus Vinicius Furtado; ALLEMAND, Luiz Cláudio (coord.). *Processo Judicial Eletrônico*. Brasília: OAB – Conselho Federal, Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação, 2014, pp. 131-146. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Da Prática Eletrônica dos Atos Processuais. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et. al. (coord.). *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Dos Documentos eletrônicos. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et. al. (coord.). *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa; COSTA, Marcos da. Duas óticas acerca da informatização dos processos judiciais. *Direito em Bits*. São Paulo: Fiuza, 2004. pp. 15-34. MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *Direito e Informática: uma abordagem jurídica sobre a criptografia*. Rio Janeiro: Forense, 2002. MARTINEZ, Agustí Cerrillo i. E-Justice in Spain. In: MARTINEZ, Agustí Cerrillo i; ABAT, Pere Fabra i (org.). *E-Justice – Using Information Communication Technologies in the Court System*. Hershey: Information Science Reference, 2009. pp. 98-116. MARTINS, Adalberto. A penhora On Line no Processo do Trabalho. In: PAESANI, Liliana Minardi, *O Direito na Sociedade da Informação*. São Paulo: Ed. Atlas, 2007, p. 307-333. MCMILLAN, James E. The Potential of Computerized Court Case Management to Battle Judicial Corruption. In: MARTINEZ, Agustí Cerrillo i; ABAT, Pere Fabra i (org.). *E-Justice – Using Information Communication Technologies in the Court System*. Hershey: Information Science Reference, 2009. pp. 57-64. MEDINA, Paulo Roberto de Gouveia. *Publicidade Processual e Direito à Privacidade*. In: MARTINS FILHO, Ives Gandra; MONTEIRO JUNIOR, Jorge (coord.). *Direito à Privacidade*. Aparecida: Idéias e Letras; São Paulo: Centro de Extensão Universitária, 2005. MONTEIRO, João. *Teoria do Processo Civil*, 6ª edição, atualizada por J. M. de Carvalho Santos, Rio de Janeiro, Editor Borsoi, 1956. MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O Problema da Duração dos Processos: Premissas para uma Discussão Séria*.

Temas de Direito Processual – nona série. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 367-377. NEVES, Celso. Estrutura Fundamental do Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 1995. OLIVEIRA, Alexandre Vidigal de, Processo Virtual e Morosidade Real. Disponível em: <<http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=57>>. Acesso em: 30/09/2010. OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O Formalismo-Valorativo no confronto com o Formalismo-Excessivo. Revista de Processo. São Paulo: RT, n° 137, pp. 7-31, Jul/2006. PAULA, Wesley Roberto de. Publicidade no processo judicial eletrônico. São Paulo: LTr, 2009. PINTO, Junior Alexandre Moreira. O regime processual experimental português. Revista de Processo. São Paulo: RT, n° 148, pp. 169-180, Jun/2007. PONTE, Lucille M.; CAVENAGH, Thomas D. Cyberjustice. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2004. POTTER, Sandra; FARRELLY, Phil; BEGG, Derek. The E-Court Roadmap: Innovation and Integration – An Australian Case Study. In: MARTINEZ, Agustí Cerrillo i; ABAT, Pere Fabra i (org.). E-Justice – Using Information Communication Technologies in the Court System. Hershey: Information Science Reference, 2009. pp. 165-185. POULLET, Yves. The Belgian Case: Phenix or How to Design E-Justice Through Privacy Requirements and in Full Respect of the Separation of Powers?. In: MARTINEZ, Agustí Cerrillo i; ABAT, Pere Fabra i (org.). E-Justice – Using Information Communication Technologies in the Court System. Hershey: Information Science Reference, 2009. pp. 186-195. REILING, Dory. Technology for Justice. Leiden University Press, 2009. REINALDO FILHO, Demócrito. A Informatização do Processo Judicial – Da 'Lei do Fax' à Lei n° 11.419/2006: Uma Breve Retrospectiva Legislativa, Revista de Direito das Novas Tecnologias, vol. 2, pp. 7-14. Jul-Dez/2006. RUSCHEL, Airton José; LAZZARI, João Batista; ROVER, Aires José. O Processo Judicial Eletrônico no Brasil: Uma Visão Geral. In: COELHO, Marcus Vinicius Furtado; ALLEMAND, Luiz Cláudio (coord.). Processo Judicial Eletrônico. Brasília: OAB – Conselho Federal, Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação, 2014, pp. 13-28. THEODORO JUNIOR, Humberto. A penhora on line e alguns problemas gerados pela sua prática. Revista de Processo. São Paulo: RT, n° 176, pp. 11-35, Out/2009. TUCCI, José Rogério Cruz e. Tempo e Processo, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1997. WALLACE, Anne. E-Justice: An Australian Perspective. In: MARTINEZ, Agustí Cerrillo i; ABAT, Pere Fabra i (org.). E-Justice – Using Information Communication Technologies in the Court System. Hershey: Information Science Reference, 2009. pp. 204-228. WATANABE, Kazuo. Acesso à Justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (coord.). Participação e Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988. pp. 128-135. YARSHEL, Flávio Luiz; GOMES, Adriano Camargo. Processo judicial eletrônico e acesso à Justiça. In: COELHO, Marcus Vinicius Furtado; ALLEMAND, Luiz Cláudio (coord.). Processo Judicial Eletrônico. Brasília: OAB – Conselho Federal, Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação, 2014, pp 279-295.

## FORMAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

### Ementa:

1. Introdução 1.1. Apresentação da disciplina e seus objetivos. 1.2. Metodologia de ensino e planos de aulas. 1.3 Distribuição dos temas para seminários. 1.4 Orientação sobre a forma participativa nas aulas e sobre os seminários. 1.5 Apresentação da forma de avaliação final da disciplina. PRIMEIRA PARTE 1. Jurisdição oficial e formas alternativas de solução de conflitos. Jurisdição estatal e jurisdição privada. Monopólio estatal da jurisdição, Constitucionalidade da jurisdição privada. 2. Solução de conflitos na sociedade da informação. Autocomposição (acordo, transação, conciliação, renúncia e desistência) e heterocomposição (jurisdição e arbitragem). Diferença entre mediação e arbitragem. Mediação judicial e extrajudicial. Arbitragem eletrônica. 3. Evolução histórica da mediação e da arbitragem. Origens da mediação e da arbitragem. Mediação e arbitragem no Brasil (período imperial até os nossos dias). SEGUNDA PARTE 4. Natureza jurídica da arbitragem e da sentença arbitral. 5. Conflitos sujeitos à arbitragem. Diferença entre direito disponível e direito indisponível. O efeito vinculante da convenção de arbitragem e o princípio da indeclinabilidade da jurisdição. O juízo de equidade na arbitragem. 6. Independência e imparcialidade do árbitro. Impedimento e suspeição do árbitro. Controle judicial da sentença arbitral. 7. Aspectos procedimentais da arbitragem. Intervenção de terceiros na arbitragem. 8. Arbitragem nas relações de consumo e de trabalho. As Comissões de Conciliação Prévia (Lei n. 9.958/00). 9. Arbitragem nos contratos de parceria público-privada (PPP). Arbitragem na Administração Pública. Arbitragem nos contratos administrativos. 10. A sentença arbitral estrangeira e sua execução no Brasil. A convenção de Nova Iorque. 11. A arbitragem internacional e seus reflexos no Direito brasileiro. Arbitragem comercial internacional no ciberespaço. 12. Arbitragem em problemas de tecnologia de informática. Controle judicial da sentença arbitral on line e off line. Uso da arbitragem para problemas da tecnologia de informática e os métodos ODR (Online Dispute Resolution). 13. Ministério Público: Funções, órgãos, estrutura e mecanismos de controle. O Ministério Público como árbitro. 14. A arbitragem perante os Juizados Especiais (Lei n. 9.099/95). 15. Apresentação escrita de artigo científico.

**Bibliografia:** ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto. Proceso, autocomposición y auto-defensa. 2. ed. México: Unam, 1970. BACELLAR, Roberto Portugal. Mediação e arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2012. BONATO, Giovanni. La natura e gli effetti del lodo arbitrale. Nápoles: Jovene, 2012. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução e revisão: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. DINAMARCO, Cândido Rangel. Arbitragem na teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2013. FREITAS JUNIOR, Antonio Rodrigues de (Coord.); SERAU JUNIOR, Marco Aurélio (Org.). Mediação e direitos humanos. São Paulo: LTr, 2014. GARCEZ, José Maria Rossani (coord.). A arbitragem na era da globalização. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Mediação e autocomposição: considerações sobre a Lei n° 13.140/2015 e o Novo CPC. Revista Magister de

Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, Magister, ano 11, n. 66, p. 22-34, maio-jun. 2015. SCHULTZ, Thomaz. Information technology and arbitration. Alphen aan den Rijn: Kluwer, 2006. SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. Arbitragem nos conflitos coletivos de trabalho. Revista de Direito do Trabalho, São Paulo, RT, ano 27, n. 101, p. 151-168, jan.-mar. 2001. SOUZA, Zoraide Amaral de. Arbitragem: conciliação: mediação nos conflitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2004. VIGORITI, Vincenzo. Em busca de um direito comum arbitral. Revista de Processo, São Paulo, RT, v. 23, n. 91, p. 11-26, jul.-set. 1998. WALD, Arnoldo; LEMES, Selma Ferreira (Coord.). Arbitragem comercial internacional. São Paulo: Saraiva, 2011. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras. São Paulo: Atlas, 2008. ALFORD, Roger P. The virtual world and the arbitration world. Journal of International Arbitration, Kluwer, v. 18, n. 4, p. 449-462, dez. 2001. ANDRIOLI, Virgilio. Lezioni di diritto processuale civile: parte prima. 2. ed. Napoli: Eugenio Jovene, 1961. BARBOSA MOREIRA, José Carlos. La nuova legge brasiliana sull'arbitrato. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Temas de direito processual: sexta série. São Paulo: Saraiva, 1997. BENNATON, Jocelyn. O que é cibernética. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. BERLINGUER, Aldo. La compromettibilità per arbitri. Turim: Giappichelli, 1999. BITTAR, Carlos Alberto. Direitos do consumidor: Código de Defesa do Consumidor. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. CALAMANDREI, Piero. Istituzioni di diritto processuale civile: secondo il nuovo Codice. 2. ed. Padova: Cedam, 1943. CAMBI, Eduardo. Jurisdição no processo civil: compreensão crítica. Curitiba: Juruá, 2002. CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e competência. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. CARNELUTTI, Francesco. Istituzioni del processo civile italiano. 5. ed. Roma: Soc. Ed. del "Foro Italiano", 1956. v. 1. DECCACHE, Antonio Carlos Fernandes. Cláusula de arbitragem nos contratos comerciais internacionais. São Paulo: Atlas, 2015. DE LUCCA, Newton. Direito do consumidor: teoria geral da relação jurídica de consumo. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008. DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. v. 1. FAZZALARI, Elio. Istituzioni di diritto processuale. 7. ed. Padova: Cedam, 1994. FRANCO FILHO, Georgeton de Sousa. A nova lei de arbitragem e as relações de trabalho. São Paulo: LTr, 1997. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho. Revista IOB Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, ano XVII, n. 201, p. 7-11, mar. 2006. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Reforma na Lei de arbitragem e contrato individual de trabalho. Suplemento Trabalhista LTr, São Paulo, LTr, ano 51, n. 064, p. 339-341, 2015. GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código brasileiro de defesa do consumidor. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. GUERRERO, Luis Fernando. Convenção de arbitragem e processo arbitral. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. HALOUSH, Haitham A. The authenticity of online alternative dispute resolution proceedings. Journal of International Arbitration, Kluwer, v. 25, n. 3, p. 355-364, jun. 2008. HOBAIKA, Marcelo Bechara de Souza. O uso da arbitragem como solução para os conflitos da tecnologia da informação e os métodos ODR (online dispute resolution) como alternativas não adversariais para resolução de controvérsias por meio eletrônico. Disponível em: <<http://www.ibdi.org.br/site/artigos.php?id=102>>. JUNQUEIRA, Gabriel Herscovici. Arbitragem brasileira na era da informática. São Paulo: Atlas, 2015. LA CHINA, Sergio. L'arbitro: il sistema e l'esperienza. Milão: Giuffrè, 1995. LEMES, Selma Maria Ferreira. Árbitro: princípios da independência e da imparcialidade. São Paulo: LTr, 2001. LENT, Friedrich. Diritto processuale civile tedesco. Parte Prima: il procedimento di cognizione. Traduzione di Edoardo F. Ricci. Napoli: Morano Editore, 1962. LOWENFELD, Andreas F. International litigation and arbitration. 3. ed. St. Paul: Thomson West, 2006. PARENTE, Eduardo de Albuquerque. Processo arbitral e sistema. São Paulo: Atlas, 2012. RAMOS, Rafael Teixeira. A arbitragem no direito colectivo laboral português. Revista IOB Trabalhista a Previdenciária, São Paulo, IOB, ano 20, n. 236, p. 73-89, fev. 2009. ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (Coord.). Arbitragem e mediação: a reforma da legislação brasileira. São Paulo: Atlas, 2015. ROSENBERG, Leo. Tratado de derecho procesal civil. Traducción de Angela Romera Vera. Supervisión de Eduardo B. Carlos y Ernesto Krotoschin. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1955. t. 1. SATTA, Salvatore. Diritto processuale civile. 6. ed. Padova: Cedam, 1959. SALLES, Carlos Alberto de. Arbitragem em contratos administrativos. Rio de Janeiro: Forense, 2011. SANTOS, Paulo de Tarso. Arbitragem e Poder Judiciário: mudança cultural. São Paulo: LTr, 2001. SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. Resolução do conflito previdenciário e direitos fundamentais. São Paulo: LTr, 2015. SILVA, Eduardo Silva da. Arbitragem e direito de empresa: dogmática e implementação da cláusula compromissória. São Paulo: RT, 2003. SIMÃO FILHO, Adalberto. Autmediação: uma proposta para a solução ética de conflitos. Revista do Curso de Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - UniFMU, São Paulo, ano XVIII, n. 26, p. 141-152, 2004. SORDI, Paolo; AMENDOLA, Fabrizio. Il processo del lavoro privato e pubblico. Torino: G. Giappichelli, 2004. VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc (Org.). Aspectos da arbitragem institucional. São Paulo: Malheiros, 2008.

## JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICA

### Ementa:

Primeira Parte: CONSTITUIÇÃO. 1.A Constituição. Conceito e Natureza da Constituição. Desdobramentos da Natureza e Essência da Constituição. Efetivação da Constituição. Direitos fundamentais, democracia e Estado Democrático e Social de Direito. 2.Constituição e Pós-Modernidade. Pós-Modernidade. Contexto Pós-Moderno. Sociedade da Informação. O Direito na Pós-Modernidade. Diversidade. Bom Senso: Pós-Positivismo. Cidadania. Efetividade Constitucional e Pós-Modernidade. 3.Pós-Positivismo Positivismo. Pós-positivismo. 4.Neoconstitucionalismo. A Constituição. Teoria do Direito. Fontes do Direito. Norma. Interpretação. Jurisdição e Neoconstitucionalismo. 5.Hermenêutica Constitucional e Ativismo Judicial. Caráter incompleto e inacabado da Constituição. O mínimo irreduzível de uma Constituição. Princípios de Interpretação. Segunda Parte: TEORIA DE

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL 1. Jurisdição Constitucional e o Direito Processual Constitucional. Conceito. Objeto de Estudo. Direito Constitucional Processual e Direito Processual Constitucional. 2. A Constituição e o Processo. Conceito de Constituição e Processo. Jurisdição e Democracia. Modernidade e Estado Democrático de Direito. 3. Tribunal Constitucional. Conceitos de Justiça e Tribunal Constitucional. Direito Comparado (Corte Constitucional da Áustria, Tribunal Constitucional Federal Alemão, Corte Constitucional Italiana, Conselho Constitucional Francês, Tribunal Constitucional Espanhol, Tribunal Constitucional Português, Corte de Arbitragem Belga, Suprema Corte Americana). Evolução do Supremo Tribunal Federal e viabilidade de criação de Tribunal Constitucional no Brasil. 4. A Jurisdição Constitucional na Era do Conhecimento. Tribunal Constitucional e a Sociedade da Informação. Informática Jurídica e Direito de Informática. Informação e Comunicação na Teoria do Direito: a Tópica de Viehweg e a Retórica de Perelman. O Direito e a Sociedade de Massa: Comunitarismo. A Jurisprudência dos Valores. 5. Jurisdição Constitucional e Processo Objetivo. Processo Objetivo como paradigma da Jurisdição Constitucional. Morfologia do Processo Objetivo. Politização da Justiça. 6. Hermenêutica e Jurisdição. O efeito da Interpretação no Sistema Jurídico. Direito Sumular e vinculação. Concepções silogística e casuística da decisão. Segunda Parte: Controle de Constitucionalidade. 7. Teria do Controle da Constitucionalidade. Espécies de Controle no Direito Pátrio e Comparado. 8. O Processo Objetivo e a Tutela do Indivíduo na sociedade da informação. 9. Processo Objetivo e controle das políticas públicas. Estado Democrático e Social de Direito: prestação positiva do Estado. Jurisdição e Políticas Públicas. Terceira Parte: WRITS CONSTITUCIONAIS COMO INSTRUMENTO DO DIREITO INFORMACIONAL. 1. Mandado de Segurança e Mandado de Injunção. Jurisdição Constitucional das Liberdades. 2. Habeas Data: Remédio Jurídico da Sociedade da Informação. Habeas Data e Bancos de Dados eletrônicos. A Resolução 74 do Conselho da Europa. 3. Marco Civil da Internet. Quarta Parte: DEFESA DA CIDADANIA. 1. Cidadania. Exercício Jurisdicional da Cidadania. A politização do Poder Judiciário. A efetividade do processo constitucional como instrumento da cidadania. 2. Cidadania Digital. 3. Exercício Judicial da Cidadania. Ação Civil Pública. Ação Popular.

**Bibliografia:** BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAPPELLETTI, Mauro. Juízes legisladores? Trad. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993. MENDES, Conrado Hübner. Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação. São Paulo: Saraiva, 2011. MORAES, Alexandre de. Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais: garantia suprema da constituição. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. RAMOS, Elival da Silva. Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. SARMENTO, Daniel (Coord.). Jurisdição constitucional e política. Rio de Janeiro: Forense, 2015. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AGRA, Walber de Moura. Neoconstitucionalismo e superação do positivismo. In Teoria do direito neoconstitucional: superação ou reconstrução do positivismo jurídico? Dimitri Dimoulis, Écio Oto Duarte. São Paulo: Método, 2008. \_\_\_\_\_. Pós-modernidade, crise do Estado social de direito e crise na legitimação da jurisdição constitucional. In: Constitucionalismo e Estado. Agassiz Almeida Filho e Francisco Bilac Moreira Pinto Filho (coords). Rio de Janeiro: Forense, 2006. ALEXY, Robert. Teoria de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002. AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do (Coord). Estado de direito e ativismo judicial. São Paulo: Quartier Latin, 2010. BARBERIS, Mauro. Neoconstitucionalismo, democracia e imperialismo de la moral. In Neoconstitucionalismo(s), Miguel Carbonell (ed.). Madrid: Trotta, 2003. BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. BARROSO, Luis Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. \_\_\_\_\_. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito. O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. In Revista de Direito Constitucional e Internacional 58:129-173. São Paulo: Revista dos Tribunais, jan./mar., 2007. \_\_\_\_\_. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2012. BICKEL, Alexander M. The least dangerous branch: the Supreme Court at the bar of politics. 2. ed. New Haven/Londres: Yale University, 1986. BINENBOJM, Gustavo. A nova jurisdição constitucional brasileira: legitimidade democrática e instrumentos de realização. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. 9ª ed., Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995. BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. CADERMATORI, Luiz Henrique Urquhart. Discricionariedade administrativa no estado constitucional de direito. 2ª ed. rev. e atual., Curitiba: Juruá, 2007. CAMBI, Eduardo. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo. In Processo e constituição: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. Luiz Fux, Nelson Nery Jr. e Teresa Arruda Alvim Wambier (coord.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. CAPPELLETTI, Mauro. O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado. Trad. Aroldo Plínio Gonçalves. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1992. CARBONELL, Miguel. Teoria del neoconstitucionalismo. Madrid: Trotta, 2007. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Direito processual constitucional. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001. COELHO, Inocêncio Mártires. Da Hermenêutica filosófica à hermenêutica jurídica: fragmentos. São Paulo: Saraiva, 2010. COMANDUCCI, Paolo. Formas de (Neo)Constitucionalismo. Un análisis metateórico. En neoconstitucionalismo(s). Edición de Miguel Carbonell. Madrid: Trotta, 2003. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 2ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2001. CORREIA, Luís Brito. Direito da comunicação social. V. II. Coimbra: Almedina, 2005. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda (Coord.). Canotilho e a Constituição Dirigente. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. Jurisdição Constitucional Democrática. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. CUNHA, Paulo Ferreira da. Constituição & Política: Poder Constituinte, Constituição Material e



Cultura Constitucional. Lisboa: Quid Juris, 2012. \_\_\_\_\_. Direito constitucional geral. 2ª ed. aum. rev. e atual., Lisboa: Quid Juris, 2013. DIAS, Jean Carlos. O controle judicial de políticas públicas. Coleção Professor Gilmar Mendes. v.4. São Paulo: Método, 2007. DUARTE, Écio Oto Ramos; POZZOLO, Susanna. Neoconstitucionalismo e positivismo jurídico: as faces da teoria do direito em tempos de interpretação moral da Constituição. São Paulo: Landy, 2006. DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002. ENTERRÍA, Eduardo Garcia de. Democracia, jueces y control de la administración. 5ª ed.. Madrid: Civitas, 2000. \_\_\_\_\_. La constitución como norma y el tribunal constitucional. 4ª ed., Madrid: Civitas, 2006. FARIA, José Eduardo. A definição de interesse público. In Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social, pp. 79-90. Carlos Alberto de Salles (org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. FAVOREU, Louis. As cortes constitucionais. São Paulo: Landy, 2004. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. O papel político do Judiciário e suas implicações. In: FRANCISCO, José Carlos (Coord.). Neoconstitucionalismo e atividade jurisdicional: do passivismo ao ativismo judicial. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. \_\_\_\_\_. Notas sobre o direito constitucional pós-moderno, em particular sobre certo neoconstitucionalismo à brasileira. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 250, jan./abr. 2009. FREITAS, Juarez. Discricionariedade administrativa e o direito fundamental à boa administração pública. 2ª ed., São Paulo: Malheiros, 2002. GARCIA, Emerson. Jurisdição constitucional e legitimidade democrática: tensão dialética no controle de constitucionalidade. In De Jure – Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais n. 14:96-121. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Jan./Jun., 2010. GARCÍA, Hernán Alejandro Olano. Interpretación y neoconstitucionalismo. Porrúa: México, 2006. GARCIA, Maria. Políticas públicas e atividade administrativa do Estado. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política 15:64-67. São Paulo: Revista dos Tribunais, abril/jun., 1996. GHERSI, Carlos Alberto. La posmodernidad jurídica. Buenos Aires: Gowa ediciones profesionales, 2000. GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (Coords.). O controle constitucional de políticas públicas. Rio de Janeiro: Forense, 2011. GUASTINI, Riccardo. Sobre el concepto de constitución. In Teoría del neoconstitucionalismo: ensayos escogidos. Edición de Miguel Carbonell. Madrid: Editorial Trotta, 2007. GUERRA FILHO, Willis Santiago. A filosofia do direito: aplicada ao direito processual e à teoria da constituição. São Paulo: Atlas, 2001. HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1997. HABERMAS, Jürgen. Pensamento pós-metafísico. Coimbra: Almedina, 2004. HART, H. L. A. O conceito de direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009. HECK, Luis Afonso. Jurisdição constitucional e legislação pertinente no direito comparado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. HESSE, Konrad. Elementos de direito constitucional da república federal da Alemanha (Grundzüge des verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland). Tradução de Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998. \_\_\_\_\_. A força normativa da Constituição: die normative kraft der verfassung. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001. \_\_\_\_\_. Temas fundamentais de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2009. HEYMANN-DOAT, Arlette. Libertés publiques et droits de l'homme. 4. ed. Paris: LGDJ, 1997. HÖFFE, Otfried. Justiça política: fundamentação de uma filosofia crítica do direito e do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. HORBACH, Carlos Bastide. A nova roupa do direito constitucional: neoconstitucionalismo, pós-positivismo e outros modismos. In RT 859:81-91. São Paulo: Revista dos Tribunais, maio, 2007. KELSEN, Hans. Jurisdição constitucional. São Paulo: Martins Fontes, 2003. KRELL, Andreas Joachim. Discricionariedade administrativa e proteção ambiental: controle dos conceitos jurídicos indeterminados e a competência dos órgãos ambientais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. LASSALLE, Ferdinand. A essência da constituição. Prefácio de Aurélio Wander Bastos. 4ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998. LEAL, Roger Stiefelmann. O efeito vinculante na jurisdição constitucional. São Paulo: Saraiva, 2006. LEMOS, Ronaldo. Direito, tecnologia e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2005. LIMA, Francisco Gérson Marques de. Fundamentos constitucionais do processo: sob a perspectiva da eficácia dos direitos e garantias fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2002. LIMA, Frederico. A sociedade digital: o impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. LLORENTE, Francisco Rubio. Derechos fundamentales y principios constitucionales. Barcelona: Ariel, 1995. LONGHINI P. Internet nella giurisprudenza. Roma: Giuffrè, 2002. LOPES, Ana Maria D'Ávila. Os direitos fundamentais como limites ao poder de legislar. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001. \_\_\_\_\_. Mecanismos constitucionais de proteção dos direitos fundamentais perante os (ab)usos da internet. Anais do XIV Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. LOPES, Vera Maria de Oliveira Nusdeo. O Direito à informação. São Paulo: RT 1998. LOSANO, Mario Giuseppe. Informática Jurídica. Tradução de Giacomina Faldini. São Paulo: EDUSP, 1976. MARQUES, Garcia; MARTINS, Lourenço. Direito da informática. Coimbra: Almedina, 2000. MATTEUCI, Nicola. Positivismo giuridico e costituzionalismo. In Rivista Trimistrale de diritto e procedure civile, vol. XVII, 3. Milano: Giuffrè, 1963. MATTOS, Sérgio. Mídia controlada – a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paullus Editora, 2005. MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Direito processual constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2004. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Discricionariedade e controle jurisdicional. 2ª ed., 9ª tir., São Paulo: Malheiros, 2008. MENDONÇA, Paulo Roberto Soares. A tópic e o Supremo Tribunal Federal. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional: inconstitucionalidade e garantia da constituição. Tomo IV. 4ª ed., Coimbra: Coimbra editora, 2013. MORAIS, Carlos Blanco de. Justiça constitucional: Garantia da constituição e controlo da constitucionalidade. Tomo I. 2ª ed., Coimbra: Coimbra editora, 2006. MORAIS, Carlos Blanco de. Justiça constitucional: o direito contencioso constitucional. 2ª ed., Coimbra: Coimbra editora, 2011. MORO, Sergio Fernando. Jurisdição constitucional como democracia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. NOVAIS, Jorge Reis. Direitos fundamentais e justiça constitucional em estado de direito democrático. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2000. \_\_\_\_\_. Ética e direito. São Paulo: Martins Fontes, 1996. \_\_\_\_\_. Lógica jurídica: nova retórica. São Paulo: Martins

Fontes, 1998. PIRES, Luis Manuel Fonseca. Controle judicial da discricionariedade administrativa: dos conceitos jurídicos indeterminados às políticas públicas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. RAMOS, Elival da Silva. Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução. São Paulo: Saraiva, 2010. RAWLS, John. Justiça como equidade: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003. RECASENS SICHES, Luis. Tratado general de filosofía del derecho. 1ª ed., Porrúa: México, 2008. REIS, José Carlos Vasconcellos dos. As normas constitucionais programáticas e o controle do Estado. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. SAAVEDRA, Giovanni Agostini. Jurisdição e democracia: uma análise a partir das teorias de Jürgen Habermas, Robert Alexy, Ronald Dworkin e Niklas Luhmann. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. SANCHIS, Luis Prieto. Constitución y tribunal constitucional. 21ª ed., Espanha, 2005. \_\_\_\_\_. Constitucionalismo y positivismo. 2ª ed., México: Fontamara, 1999. \_\_\_\_\_. Justicia constitucional y derechos fundamentales. Madrid: Trotta, 2003. \_\_\_\_\_. Neoconstitucionalismo y ponderación judicial. In Derecho y Proceso. Anuário de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid, 5, Madrid: Universidad Autónoma de Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2001. SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. 3ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989. SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2000. SARLET, Ingo Wolfgang. A Constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. \_\_\_\_\_. A eficácia dos direitos fundamentais. 2ª ed. rev. e atual., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. \_\_\_\_\_. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 4ª ed. rev. e atual., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flávio (orgs.). Direitos fundamentais: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. SARMENTO, Daniel. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades. In Direitos fundamentais e estado constitucional: estudos em homenagem a J.J. Gomes Canotilho. George Salomão Leite; Ingo Wolfgang Sarlet (coord.). São Paulo: Revista dos Tribunais; Coimbra: Coimbra Editora, 2009. STRECK, Lenio Luiz. A hermenêutica filosófica e as possibilidades de superação do positivismo pelo (neo)constitucionalismo. In Constituição, sistemas sociais e hermenêutica: programa de pós-graduação em Direito da UNISINOS: mestrado e doutorado. Leonel Severo Rocha; Lenio Luiz Streck (orgs.). Porto Alegre: Livraria do Advogado; São Leopoldo: UNISINOS, 2005. \_\_\_\_\_. Hermenêutica Jurídica e(m) Crise: Uma exploração hermenêutica da construção do Direito. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. \_\_\_\_\_. Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. TAVARES, André Ramos. Paradigmas do judicialismo constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012. \_\_\_\_\_. Teoria da justiça constitucional. São Paulo : Saraiva, 2005. TORRES, Ricardo Lobo. A cidadania multidimensional na era dos direitos. In: TORRES, Ricardo Lobo (coord.). Teoria dos Direitos Fundamentais. 2ª ed., ver. e atual, Rio de Janeiro: Renovar, 2001. URBANO, Maria Benedita. Curso de justiça constitucional: evolução histórica e modelos do controle da constitucionalidade. Coimbra: Almedina, 2013. WALDRON, Jeremy. The core of the case against judicial review. The Yale Law Journal, New Haven, v. 115, p. 1346-1406, 2006. ZAGREBELSKY, Gustavo. El derecho dúctil: ley, derechos, justicia. 7ª ed., Madrid: Trotta, 2007.

## **SEMINÁRIO PERMANENTE 2: CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS E AÇÕES ESTATAL**

### **Ementa:**

Seminário Permanente 2: Concretização dos Direitos e Ação Estatal. Esse conjunto de seminários procura viabilizar a interação do corpo discente do Mestrado com Professores Doutores convidados, Colaboradores que não farão parte do Núcleo Permanente, mas cooperarão com o Corpo Docente do Programa de Mestrado em Direito da Sociedade da Informação do UniFMU em outros níveis de dedicação, compondo bancas, co-orientando e dando aulas. Esses professores devem ministrar, no Mestrado, seminários temáticos diretamente vinculados à Linha de Pesquisa Decisão Jurídica e Monopólio do Estado, os quais buscam complementar e atualizar a Grade Curricular do Curso, observando a mesma estrutura das demais disciplinas quanto a carga horária, tarefas e vinculação discentes. A presença de professores externos ao Programa ensejará um maior intercâmbio com outras instituições de pesquisa jurídica do Brasil e do exterior, enriquecendo sua inserção nacional e internacional. O cerne investigativo desses seminários será a evolução do problema do monopólio da jurisdição, pretendido pelo Estado moderno, tendo a universalidade do processo como espinha dorsal, por um lado, e as diferentes fontes e formas alternativas de solução de conflitos, tais como agências reguladoras, mediação, arbitragem, conciliação, dentre muitas outras que crescem de importância na sociedade da informação, do outro. O problema de um eventual enfraquecimento do Estado com o deslocamento de diversos centros decisórios, supostamente protetores da cidadania, e a concretização dos direitos é, assim, uma preocupação unificadora do seminário permanente. Vide texto sobre a descrição e eixo temático das linhas de pesquisa para os detalhes da perspectiva teórica. Estrutura do Seminário: Será realizada a cada semestre letivo, dentro do organograma administrativo, uma série de encontros com professores doutores externos ao Programa, conectados com as duas linhas de pesquisa e a área única de concentração, sob a coordenação de um professor permanente do Mestrado. Cada seminário terá 45 (quarenta e cinco) horas de encontros, equivalentes a três créditos da Linha de Pesquisa Decisão Jurídica e Monopólio do Estado, e será ministrado por um mínimo de um e um máximo de cinco professores colaboradores. Cada aluno só poderá cursar um único desses seminários como parte de suas disciplinas de linha de pesquisa, optando pelos temas mais estreitamente conexos a seu projeto de dissertação, escolhidos de comum acordo com seu professor orientador. A sistemática de avaliação será a mesma de qualquer outra disciplina do Curso de Mestrado, nos termos regulares do Regimento do Programa. Ressalte-se que a bibliografia será oferecida previamente por cada professor, juntamente com a ementa e o programa do seminário a ser oferecido dentro da carga horária prevista.

## TUTELA PUNITIVA E TECNOLOGIA

### Ementa:

Primeira Parte. 1. Metamorfose no Processo Penal. O choque entre os tradicionais procedimentos penais e os fenômenos cibernéticos atuais. O sistema processual vigente forjado na legislação do século passado, quando não havia a Internet. Os desafios da persecução penal na era da cibercriminalidade. 2. A exigência do devido processo legal. Breve estudo sobre o desenvolvimento histórico-constitucional do princípio em tela. A informação em tempo real e a moderna contextualização do devido processo legal. A dinâmica do processo e o preceito constitucional da celeridade processual (EC 45/2004). 3. A produção da verdade processual consubstanciada nos elementos de provas. O descobrimento da verdade no processo. Momentos, objeto, liberdade e ônus da prova. Provas realizadas com o auxílio de instrumentos tecnológicos: prova pré-constituída e emprestada. Provas ilícitas. 4. Meios eletrônicos de produção de prova. Videoconferência e espécies do gênero. Telessessão, Telesustentação, Telecomparecimento, Telereconhecimento, Teledepoimento, Teleinterrogatório. Audioconferência. Webconferência. 5. A Internet como meio de produção de prova no processo penal. Correio eletrônico e telefax. Digitação e estenotipia. Transmissão eletrônica de fotos e imagens. Vídeo, videocassete, CD, gravação magnética, filmagem. Comunicações telefônicas, informática e telemática (Lei nº. 9.296, de 24/07/1996). 6. Meios eletrônicos de prova, ampla defesa e contraditório. A inclusão irrestrita e pró-ativa da defesa técnica e da autodefesa no desenvolvimento do processo. O direito conferido as partes ao pleno exercício do contraditório e sua efetivação em tempo real ou no prazo legal. Aceitação ou impugnação dos meios tecnológicos instrumentalizados no processo: justificativa. 7. Regrimentos legais acerca da produção de provas por meio eletrônico. A teleaudiência no Tribunal Penal Internacional (Dec. nº. 4.388, de 25/09/2002). A Lei do Estado de São Paulo nº. 11.819, de 05/01/2005 (interrogatórios e audiências de presos a distância). Videoconferência entre membros de Tribunais: Lei nº. 10.259/01 (art. 14. § 3º). 8. As atuais tecnologias informáticas e os ritos processuais existentes. A mídia moderna e o velho procedimento penal previsto na Lei nº. 5.250 de 9/2/1967. Porque e como utilizar a Internet na valorização do procedimento sumaríssimo (L. 9.099/95). Crimes de informática: O problema da jurisdição e a lei aplicável em caso de crime praticado em meio virtual eletrônico. 9. Medidas cautelares para produção de prova informática no processo penal. Busca e apreensão de equipamentos informáticos. Legalidade do grampo informático. Invasão de computador para obtenção de prova criminal. Segunda Parte. 10. O acusado e seu defensor. A presunção constitucional de inocência e o direito de o réu permanecer calado. A videoconferência e a questão sobre a preservação da dignidade da pessoa humana. Interrogatórios e depoimentos colhidos pela CPI e transmitidos em rede nacional de TV. A busca e apreensão de documentos e dados de clientes em escritório de Advocacia. 11. Juiz penal e o avanço tecnológico. Juiz natural e garantista. Poderes-deveres instrutórios e a presidência das teleaudiências. A experiência paulista das audiências de interrogatórios de presos a distância. TV Justiça e os julgamentos do STF. 12. Ministério Público e a divulgação de sua atuação. As investigações iniciadas com base no disque-denúncia e em outras formas de delação por meio eletrônico. O Promotor de Justiça, a ética e a mídia. Os grupos de apoio do Parquet e da Polícia Judiciária especializados no combate a criminalidade organizada. O MP, sua atuação como custos legis e o emprego de meios tecnológicos no processo. 13. Impugnações contra atos processuais nulos ou inconstitucionais. Habeas Corpus. Mandado de Segurança na área penal. Novas tecnologias. 14. Análise de projetos de telematização do processo brasileiro em andamento no Congresso Nacional. Projeto de Lei nº. 5828/2001.

**Bibliografia:** BARROS, Marco Antonio de. A Busca da verdade no processo penal. São Paulo: RT, 2002. \_\_\_\_\_. Teleaudiência, interrogatório on line, videoconferência e o princípio da liberdade da prova. Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 92, vol. 818, p.781-800, dez/2003 GOIS Jr., José Caldas. O direito na era das redes. A liberdade e o direito no ciberespaço. Bauru, Edipro, 2002. PEREIRA, Guilherme Döring Cunha. Liberdade e Responsabilidade dos Meios de Comunicação. São Paulo: RT, 2002. REIS, Maria Helena Junqueira. Computer Crimes: A criminalidade na era dos computadores. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABRÃO, Nelson. Direito bancário. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. A criminalidade informática. São Paulo: Juarez de Oliveira. BARROS, Marco Antonio de. Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. 6ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2000. BRAGA, Pedro. Crime e sociedade. Brasília. Senado Federal, 2008. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. CORRÊA, Gustavo Testa. Aspectos jurídicos da internet. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. Crimes digitais. São Paulo: Saraiva, 2011. FARIA, José Eduardo (org). Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas. São Paulo: Malheiros, 2010. FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito das obrigações. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. FERREIRA, Ivette Senise. A criminalidade informática. In: DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coord.). Direito & Internet: aspectos jurídicos relevantes. Bauru: Edipro, 2007. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari Conte. Crimes no Meio Ambiente Digital. Saraiva, 2013. MAIEROVITCH, Wálter; DINO, Alessandra. Novas tendências da criminalidade transnacional mafiosa. São Paulo: Unesp, 2010. MARQUES, José Frederico. Tratado de direito penal. Campinas: Millennium, 2002. v. 2. NOVELINO, Marcelo. Direito constitucional. 3ª ed. São Paulo: Método, 2009. PAESANI, Liliana Minardi (coord.). O direito na sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2007. \_\_\_\_\_. O direito na sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2. PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual esquemático de criminologia. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito digital. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. PLANTULLO,

Vicente Lentini. Estelionato eletrônico. Curitiba: Juruá, 2003. ROQUE, Sérgio Marcos. Criminalidade informática – crimes e criminosos do computador. São Paulo: ADPESP Cultural, 2007. ROSSINI, Augusto Eduardo de Souza. Informática, telemática e direito penal. São Paulo: Memória Jurídica, 2004. ROXIN. Claus. Derecho penal parte geral. Madri: Civitas, 1997. SILVA, César Antonio da. Lavagem de dinheiro: uma nova perspectiva penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. SILVA, Rita de Cássia Lopes da. Direito penal e sistema informático. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

### **Estágios**

Estágio em Docência I – Anexo

Estágio em Docência II – Anexo

### **Atividade Complementar Obrigatória**

Seminário de Produção Intelectual I – Anexo

Seminário de Produção Intelectual II - Anexo